



**INÊS CAMPOS
COSTA**

**O 'BREXIT' E A DEVOLUÇÃO ESCOCESA: A
COBERTURA DOS MEDIA E AS PRIMEIRAS
PÁGINAS**



**INÊS CAMPOS
COSTA**

**O “BREXIT” E A DEVOLUÇÃO ESCOCESA: A
COBERTURA DOS MEDIA E AS PRIMEIRAS
PÁGINAS**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, realizada sob a orientação da Doutora Teresa Ruel, Professora Auxiliar Convidada do Departamento de Ciências Políticas, Sociais e do Território da Universidade de Aveiro.

O júri

Presidente

Professora Doutora Elisabete Maria Melo Figueiredo

Professor Associado da Universidade de Aveiro

Vogal – Arguente Principal

Professora Doutora Sandrina Ferreira Antunes

Professora Auxiliar da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho

Vogal – Orientador

Doutora Teresa Maria Ruel Martins

Professora Auxiliar Convidada da Universidade de Aveiro

Agradecimentos

A concretização desta dissertação não poderia ter sido possível sem a cooperação, apoio e incentivo de várias pessoas, às quais não poderia deixar de expressar o meu reconhecimento.

Em primeiro lugar, o meu sincero agradecimento à minha orientadora, Professora Teresa Ruel, pelos conhecimentos partilhados e pela disponibilidade manifestada ao longo deste percurso.

Aos meus pais e à minha irmã, um especial obrigado pela paciência e pelo apoio incondicional.

Aos meus amigos, pelas palavras de conforto e motivação nos momentos menos bons.

Por último, agradeço a todas as pessoas que se cruzaram comigo ao longo do meu percurso académico e que, de alguma forma, contribuíram para o sucesso do mesmo.

Palavras-chave

Brexit; referendo; devolução; media; agenda-setting

Resumo

O “Brexit” apresenta-se como um fenómeno pioneiro no projeto europeu. O Reino Unido foi o primeiro Estado-membro a invocar o Artigo 50.º do Tratado da União Europeia para solicitar a saída da União Europeia (UE), na sequência da decisão manifestada pelos seus cidadãos através do referendo realizado em 2016. Estudos anteriores destacam o papel fundamental dos media no resultado do referendo e a influência do processo de *agenda-setting* na construção da opinião pública (McCombs & Shaw, 1972; Shaw, 1979; McCombs, 2004). Nesta investigação, focamo-nos na análise das primeiras páginas de um jornal nacional e um jornal regional (escocês) – *Daily Mail* e *The Herald*, respetivamente – no sentido de analisar a cobertura noticiosa e o *agenda-setting* em torno do processo do “Brexit”. Foram considerados dois períodos distintos: o período de campanha eleitoral referente ao referendo do “Brexit” (2016), e o segundo período considerando um dos momentos do processo de negociação do acordo de saída da União Europeia (2019). Da análise realizada aduzimos que a definição do *agenda-setting* dos jornais nacional e regional segue tendências divergentes, sustentadas pela saliência e prioridades de contexto.

Keywords

Brexit; referendum; devolution; media; agenda-setting

Abstract

Brexit is a pioneering phenomenon within the European integration process. The United Kingdom was the first member-state to invoke the article 50th of the Treaty on European Union to request the withdrawal from the European Union (EU), as a result of the referendum results held on June 2016. Several studies have highlighted the fundamental role played by the media on the referendum outcomes and the agenda-setting' effects on public opinion (McCombs & Shaw, 1972; Shaw, 1979; McCombs, 2004). In this dissertation, our analysis focus are situated on newspaper' front pages of a national newspaper and a (Scottish) regional newspaper – *Daily Mail* and *The Herald*, respectively –, in order to analyze Brexit's news coverage and agenda-setting through the major issues privileged by each one of them. We selected two distinct periods: the first corresponding to the 2016 referendum campaign; and the second one regarding the negotiating process of the EU withdrawal agreement (2019). The major conclusions suggest a divergence among the agenda-setting strategies and saliency of the major issues.

Índice

Índice de Figuras.....	1
Índice de Tabelas.....	2
Lista de Abreviaturas.....	3
Introdução	4
1. Enquadramento Teórico	6
1.1. A União – as teorias da integração europeia	6
1.2. A cobertura dos <i>media</i> e as primeiras páginas – <i>agenda-setting</i> e <i>framing</i>	13
2. O contexto institucional	17
2.1. O Reino Unido e a União Europeia – das intermitências da adesão à decisão de saída.....	17
2.2. ‘Brexit’: processo centrífugo sem precedentes.....	20
2.3. A organização política do Estado e a devolução escocesa.....	22
2.3.1. Os referendos e a questão da independência da Escócia.....	24
2.4. O Estado da arte do referendo do ‘Brexit’ – o contexto	26
3. Enquadramento Metodológico	29
3.1. Análise dos Resultados	31
3.1.1. Análise dos principais assuntos (<i>issues</i>) no período respeitante ao referendo do ‘Brexit’ (2016) e no período de negociação do acordo de saída (2019)	31
4. Discussão	42
Bibliografia	45
Bibliografia Eletrónica.....	50
Anexos	51
Anexo A: Jornais Analisados	51
Anexo B: Codebook.....	62

Índice de Figuras

Gráfico 1. Assuntos (<i>Issues</i>) abordados nas primeiras páginas dos jornais <i>Daily Mail</i> e <i>The Herald</i> nos dois períodos analisados (2016 e 2019)	39
--	----

Índice de Tabelas

Tabela 1. Caracterização do <i>corpus</i>	30
Tabela 2. Definição dos Assuntos (<i>Issues</i>)	31
Tabela 3. Assuntos (<i>Issues</i>) abordados nas primeiras páginas dos jornais <i>Daily Mail</i> e <i>The Herald</i> durante o período antecedente e subsequente ao referendo do ‘Brexit’	32
Tabela 4. Assuntos (<i>Issues</i>) abordados nas primeiras páginas dos jornais <i>Daily Mail</i> e <i>The Herald</i> no período antecedente e subsequente a 29 de março.....	37
Tabela 5. Variação dos assuntos (<i>Issues</i>) abordados nas primeiras páginas dos jornais <i>Daily Mail</i> e <i>The Herald</i> (2016 e 2019).....	41

Lista de Abreviaturas

AUE – Ato Único Europeu

BENELUX – Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo

CECA – Comunidade Europeia do Carvão e do Aço

CEE – Comunidade Económica Europeia

ECA – Ato das Comunidades Europeias (*European Communities Act*)

JAI – Justiça e Assuntos Internos

PAC – Política Agrícola Comum

PESC – Política Externa de Segurança Comum

SNP – Partido Nacional Escocês (*Scottish National Party*)

TFUE – Tratado para o Funcionamento da União Europeia

TUE – Tratado da União Europeia

UKIP – Partido pela Independência do Reino Unido (*United Kingdom Independence Party*)

Introdução

O projeto europeu foi indubitavelmente bem-sucedido, nomeadamente no que diz respeito ao objetivo primordial de assegurar a paz duradoura através do estabelecimento de relações de cooperação (primeiro económica e baseada na solidariedade, mais tarde também política) entre os Estados-membros (Dinan, 2005: 2). Porém, o entusiasmo verificado nas primeiras décadas do projeto europeu tem vindo a esvanecer-se, dando lugar a sentimentos de descrença na União Europeia (UE) e respetivas instituições, bem como de descontentamento perante a falta de representatividade e a ausência de aplicação eficaz das competências que lhes foram conferidas para responder às necessidades e problemas dos Estados-membros (Usherwood & Startin, 2013: 2; Hudson, 2004: 14).

No contexto da crise financeira global e da crise da dívida soberana na Europa despoletada na Europa em 2008, a União Europeia passou a ser encarada como parte do problema, em vez de uma entidade promotora de soluções (Rosamond, 2016: 869). É nestas circunstâncias que emerge um descontentamento crescente relativamente à UE, assim como a proliferação de pensamentos eurocéticos (Conceição, 2016: 34-35).

Nesta investigação, tomamos como ponto de partida a realização do referendo¹, realizado no Reino Unido a 23 de junho de 2016, relativamente à permanência (*Remain*) ou saída (*Leave*) do Reino Unido da União Europeia, o qual ficou conhecido como ‘Brexit’. O apuramento maioritário dos votos determinou a saída do Reino Unido da União Europeia. O Reino Unido tornou-se, assim, no primeiro Estado-membro a invocar o Artigo 50.º e a acionar a sua ‘desintegração’ da União.

Vários estudos destacam o papel fundamental dos *media* no resultado dos referendos e a influência do processo de *agenda-setting* na construção da opinião pública (McCombs & Shaw, 1972; Shaw, 1979; McCombs, 2004). Atendendo ao fenómeno do

¹ O referendo é um mecanismo de consulta pública utilizado em regimes democráticos, que consiste na transferência do poder decisório para os cidadãos – democracia direta – em assuntos específicos. Porém, o impacto do resultado de um referendo no processo de tomada de decisão e elaboração de políticas por parte dos atores competentes depende do tipo de questão colocada a voto (Mendelsohn & Parkin, 2001: 5). É este o mecanismo de consulta pública mais frequentemente utilizado nas grandes decisões pelos Estados-membros da União Europeia. Ao dar à sociedade civil a oportunidade de participar diretamente no processo decisório e de expressar a sua opinião relativamente às grandes questões em debate, este instrumento de democracia direta confere uma maior legitimidade aos resultados obtidos e, por conseguinte, às medidas que deles resultarão (Closa, 2007: 1323-1324).

‘Brexit’, a presente investigação é orientada pela seguinte pergunta de partida: *Quais os assuntos (issues) privilegiados pelos media durante o processo do ‘Brexit’?*

Nesta investigação, propomo-nos a analisar o tratamento da informação noticiosa apresentada pelos *media* através das primeiras páginas relativamente ao objeto de estudo – o processo do “Brexit” e o posicionamento da Escócia face a este processo. Para tal, definimos como unidade de análise dois jornais distintos, um nacional e um regional – *Daily Mail* e *The Herald*, respetivamente –, selecionados de acordo com o volume de tiragem², em dois períodos temporais distintos: num primeiro momento, propusemo-nos a analisar as primeiras páginas dos dois jornais – trinta dias antes e trinta dias após a realização do referendo do ‘Brexit’ (de 25/05/2016 a 23/07/2016) –, e num segundo momento, cobrimos o período inicialmente estipulado para a saída do Reino Unido da União Europeia (29 de março de 2019), utilizando o mesmo critério de seleção – trinta dias antes e trinta dias depois (de 28/02/2019 a 28/04/2019) –, perfazendo um total de 240 observações (N).

O tema apresentado para a elaboração desta investigação justifica-se pela novidade no domínio da integração europeia; isto é, apenas conhecemos, ao longo dos cinquenta anos de projeto político e económico, a adesão e o acolhimento de novos países na família europeia. O ‘Brexit’ apresenta-se, assim, como um processo centrífugo sem precedentes, que tem ocupado o debate político na Europa. A pertinência desta investigação decorre da necessidade de compreender a importância do *agenda-setting* na esfera pública e a importância das primeiras páginas na sinalização dos assuntos políticos (Bonafont & Palau, 2011; López-Rabadán & Casero-Ripollés, 2012; Wolfe, Boydston & Baumgartner, 2009).

A presente dissertação encontra-se organizada da seguinte forma: o capítulo I é dedicado ao enquadramento teórico; o capítulo II procede à contextualização do processo de integração europeia do Reino Unido, à descrição da organização política do Estado e ao enquadramento da devolução escocesa. No capítulo III, apresentamos o enquadramento metodológico e procedemos à análise do objeto de estudo da presente investigação. Por fim, são discutidas as principais tendências aferidas.

² Volume de tiragem diária: *Daily Mail* - 1.589.471 unidades; *The Herald* - 28.872 unidades (PressGazette, 2016).

Capítulo I

1. Enquadramento Teórico

1.1. A União – as teorias da integração europeia

A União Europeia é uma união económica e política com características muito particulares, cujo projeto de integração foi levado a cabo no pós-Segunda Guerra Mundial. Perante uma Europa devastada, a promoção da cooperação económica seria uma forma de manter a paz e diminuir o risco de novos conflitos, ao criar relações de interdependência entre os Estados (Bailey, 1983: 9).

Várias teorias e abordagens foram desenvolvidas no âmbito do processo de integração europeia. A teoria funcionalista defende o carácter funcional da integração e a promoção da paz duradoura assente na economia e respetivo desenvolvimento (Mitrany, 1946; citado em Schmitter, 2010: 32). Na recuperação do pós-guerra, era fundamental combinar a dimensão funcional com a económica. Nesse sentido, os seis países fundadores – Bélgica, Luxemburgo, Países Baixos (BENELUX), Alemanha, França e Itália – criaram, em 1950, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), marco do desígnio funcionalista para a reconversão europeia. O objetivo central era tornar os setores do carvão e do aço interdependentes, promovendo uma Europa unida e diminuindo o risco de novos conflitos através do estabelecimento de relações de cooperação entre os Estados-membros, com vista à reconstrução e prosperidade (Dinan, 2005: 2).

Em 1957, com a assinatura do Tratado de Roma, estabeleceu-se o Mercado Único Europeu, a que convencionou chamar-se Comunidade Económica Europeia (CEE) (Bailey, 1983: 12). A década seguinte foi marcada por um crescimento económico significativo, devido à cessação da cobrança de impostos aduaneiros entre Estados-membros, consequência da abertura do mercado ao espaço europeu.

A partilha de competências dos Estados-membros com o nível europeu, decorrente do fenómeno de integração europeia, impele ao desenvolvimento de uma abordagem teórica capaz de explicar esta associação voluntária dos Estados e consequente partilha voluntária da soberania nacional no quadro de uma entidade supra-nacional (Conceição, 2016: 21). É neste contexto que nasce a escola do neofuncionalismo, desenvolvida por Ernst Haas a partir de 1958, que defende que o processo de integração europeia é determinado pelo efeito *spillover*, através do qual o progresso em uma determinada área

política se expande e desencadeia pressões funcionais para a integração em outras áreas afins (Lindberg, 1963; citado em Hix, 2005: 15). Isto é, a integração num determinado setor repercutir-se-á noutros setores adjacentes, resultando numa “expansão automática” do processo de integração (Camisão & Lobo-Fernandes, 2005: 35-36). Os Estados perdem a exclusividade na responsabilidade dos *spillover*, emergindo novos atores no processo de integração europeia, designadamente as agências não governamentais, atores fora da esfera do Estado (Hix, 2005: 15). No desenvolvimento do argumento, o neofuncionalismo sustenta que os atores políticos nacionais são persuadidos a transferir as suas lealdades, expectativas e atividades políticas para um novo centro, cujas instituições têm poder de influenciar os Estados nacionais pré-existent, dando origem a uma nova comunidade política que se sobrepõe às anteriores (Haas, 1968: 16). Esta transferência de soberania para a esfera europeia proporcionaria uma integração económica eficaz e, consequentemente, uma integração política de sucesso (Haas, 1968; citado em Rosamond, 2005: 6).

Em oposição à teoria neofuncionalista, surge uma nova abordagem — o intergovernamentalismo —, que recusa o declínio do poder dos Estados no processo de integração europeia. Apoiando-se nas premissas realistas das relações internacionais, rejeita a visão neofuncionalista de que os governos nacionais seriam incapazes de resistir às pressões das elites no sentido de uma maior integração, questionando o carácter automático do processo. Apesar de considerar a existência de outros atores para além dos Estados no processo de integração europeia, estes mantêm, na abordagem intergovernamentalista, a primazia, legitimados pela autoridade política outorgada pelo sufrágio popular (Hix, 2005: 15).

Em 1973, na sequência do primeiro alargamento da União Europeia — Dinamarca, Irlanda e ao Reino Unido — verificou-se um reforço das características enunciadas pelo intergovernamentalismo na integração europeia (Conceição, 2016: 22). A abordagem intergovernamentalista sugere que os interesses dos Estados são preponderantes no processo de integração e defende a interação dos Estados, com enfoque na cooperação na manutenção da soberania em prol de uma união política (Moravcsik, 1991: 27). Propõe ainda a reatribuição da autoridade máxima aos Estados-membros, que evitam conceder poderes a instituições centrais passíveis de interferir com a sua soberania, preferindo trabalhar com instituições intergovernamentais ao invés de órgãos supranacionais

(Moravcsik, 1991: 27). Esta abordagem advoga que a evolução do processo de integração europeia resulta das negociações entre Estados e da acumulação de poder pelas instituições nacionais, na medida em que este pressuposto serve melhor os interesses e objetivos nacionais, considerando a cedência ou delegação de autoridade por parte dos Estados revogável a qualquer momento. As instituições supranacionais existem para facilitar a negociação e o estabelecimento de acordos entre os Estados-membros, garantindo que os resultados das políticas implementadas respondem às necessidades e exigências destes últimos (Cafruny & Lankowski, 1997: 21).

A adesão da Grécia à então Comunidade Económica Europeia em 1981, seguida de Portugal e Espanha em 1986, constituem a antecâmara da assinatura do Ato Único Europeu (1987), como resultado da revisão do Tratado de Roma (1957), cujo principal objetivo foi impulsionar a integração europeia e concluir a realização do mercado interno da União (Moravcsik, 1991: 19; 24). Esta meta é concretizada em 1993, com a introdução da livre circulação de bens, serviços, pessoas e capitais (Dinan, 2005: 2). Através da eliminação dos entraves burocráticos que até então persistiam, permitiu a expansão dos negócios nacionais dos Estados-membros, baixando os preços e aumentando o leque de opções dos consumidores (Dinan, 2005: 2).

Em 1992, o Tratado de Maastricht, vem alterar os tratados europeus anteriores, criando uma União assente em três pilares fundamentais: as Comunidades Europeias, a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e a cooperação nos domínios da Justiça e dos Assuntos Internos (JAI) (Dedman, 2006: 120). Um importante avanço introduzido com o Tratado de Maastricht foi o reconhecimento da afirmação das regiões no contexto europeu. Alavancadas pelo princípio de subsidiariedade, o Tratado de Maastricht reconheceu os processos de descentralização/regionalização de poderes nas regiões da Europa, enformando-as de capacidade decisória (Ruel, 2014: 230).

Deste modo, e dada a complexidade crescente do funcionamento das instituições europeias, as abordagens teóricas dominantes tornaram-se obsoletas. Face à integração sucessiva de novos Estados-membros e às grandes diferenças entre eles a nível económico, social e cultural, impôs-se a necessidade de desenvolver uma abordagem teórica que permitisse compreender e explicar a dimensão político-institucional da construção europeia. Isto é, capaz de captar a configuração de uma entidade cada vez mais fragmentada, multifacetada e policêntrica (Marks *et. al.*, 1996).

A integração política na Europa passa a ser vista como um processo de criação de políticas que pressupõe a partilha de autoridade e influência entre múltiplos níveis de governo – subnacional, nacional e supranacional (Hooghe & Marks, 2001; citado em Hooghe & Marks, 2001: 6). Este processo dá origem a uma governação dotada de múltiplas arenas interligadas na elaboração de políticas (Hooghe, 1995: 176). Os sucessivos alargamentos da União Europeia transformam a política e o governo a nível europeu e nacional num sistema de governação multinível, não hierárquico, deliberativo e apolítico (Hix, 1998; citado em Jordan, 2001: 196). Tal implicou a reconfiguração das instituições europeias, às quais foram atribuídas competências mais amplas, no sentido de assegurar a capacidade de resposta a um número cada vez maior de exigências provenientes da crescente abrangência das áreas de atuação (Piattoni, 2009: 167).

A confluência das políticas nacionais ligadas ao panorama europeu e da institucionalização transnacional associada às políticas domésticas deu origem a uma nova abordagem explicativa do fenómeno europeu – a governação multinível (*multi-level governance*). O enfoque foi desviado para o estudo da governação europeia e o conceito de governação passou a dizer respeito à qualidade do exercício do poder, principalmente no que concerne à *accountability*, transparência, eficiência e eficácia (Skelcher, 2005; citado em Piattoni, 2009: 171). Este novo enquadramento passou a caracterizar a União Europeia como uma única comunidade política multinível, atribuindo poder de decisão não só aos Estados e às instituições supranacionais, mas também a instituições e estruturas interligadas aos níveis nacional, supranacional e subnacional de governação (Hooghe & Marks, 2001: 27). Apesar da responsabilidade atribuída a estas instituições, é importante ter em conta que a UE não pode ser classificada como um Estado, devido à ausência de soberania legal, nem como uma organização internacional, dado que a sua legislação tem primazia sobre a legislação nacional dos Estados-membros (Kohler-Koch & Eising, 1999: 3). É, portanto, nesta fase que a União Europeia passa a ser reconhecida como um sistema político *sui generis*, que é governado sem que exista um governo propriamente dito (Hix, 2005).

O alargamento subsequente, concretizado em 1995, abre portas à adesão da Áustria, da Finlândia e da Suécia, perfazendo assim um total de quinze Estados-membros. É também neste ano que entra em vigor o Acordo de Schengen (14 de junho de 1985), assinado por cinco Estados-membros: Alemanha, Bélgica, França, Luxemburgo e Países Baixos. Este acordo intergovernamental visa a abolição do controlo de fronteiras entre os países signatários (Hix, 2005: 348). Para além dos Estados-membros (com a exceção da Irlanda e do Reino Unido, beneficiários de derrogações que lhes permitem controlar as respetivas fronteiras), também a Islândia, a Noruega e a Suíça participaram na assinatura deste acordo, que começou a vigorar no Tratado da União Europeia em 1997 (Coelho, 2016: 322).

O Tratado de Amesterdão (1999) procurou melhorar a resposta da UE às necessidades dos Estados-membros, assim como alargou as suas competências, através do reforço do papel do Parlamento Europeu; fomentou a cooperação entre Estados-membros e alterou as configurações institucionais na perspetiva do(s) alargamento(s) (Moravcsik & Nicolaïdis, 1998; citado em Moravcsik & Nicolaïdis, 1999: 60). Foi também importante no sentido da livre circulação e remoção de controlo dos cidadãos europeus ou de países terceiros, na travessia de fronteiras internas à EU, consagrando o Acordo de Schengen no enquadramento legal da UE (Hix, 2005: 349).

A introdução da moeda única – euro – em 1 de janeiro de 1999, e respetiva entrada em circulação três anos depois, pretendeu fortificar a União Económica e Monetária (UEM), facilitando as trocas comerciais e evitando as perdas resultantes das taxas de câmbio. A introdução da moeda única foi um importante impulsionador do crescimento económico, na medida em que simplificou as transações económicas entre Estados-membros através da abolição das taxas de câmbio (Hix, 2005: 320).

O projeto europeu foi indubitavelmente bem-sucedido, nomeadamente no que diz respeito ao objetivo primordial de assegurar a paz duradoura através do estabelecimento de relações de cooperação entre os Estados-membros. A integração europeia promoveu, por um lado, um aumento do poder executivo da União e, por outro, diminuiu o controlo dos parlamentos nacionais (Follesdal & Hix, 2006: 536), cuja soberania foi transferida para autoridades supranacionais. A partilha de competências de decisão retira alguma soberania aos Estados-membros; porém, esta partilha no processo decisório pode ter vantagens para os Estados, na medida em que lhes permite estruturá-las de modo a preservar um equilíbrio

de poder em seu favor (Blank, Hooghe & Marks, 1996: 344). Os líderes políticos escolhem transferir competências de tomada de decisão para o nível supranacional porque os benefícios políticos dessa ‘delegação’ colmatam os custos da perda de soberania e esta delegação do poder decisório liberta-os das pressões políticas associadas aos resultados (Blank, Hooghe & Marks, 1996: 349).

Nas últimas duas décadas, a integração europeia tem sido confrontada com vários obstáculos, em particular devido à crescente oposição ao processo de integração (Usherwood & Startin, 2013: 2). Contrariamente ao entusiasmo outrora despoletado pela participação no projeto europeu, começam a surgir sentimentos de dúvida por parte dos Estados-membros relativamente à UE, em grande parte decorrentes de três eventos críticos: a introdução da moeda única; o alargamento em massa de 2004 e 2007, que colocou lado a lado no espaço europeu países consideravelmente diferentes, sobretudo ao nível económico; e a crise das dívidas soberanas de 2008 (Amaral, 2016: 418-419), contestando a falta de representatividade e a aplicação pouco eficaz das competências na resposta às necessidades e problemas dos Estados-membros (Hudson, 2004: 14).

A criação da zona euro foi, desde o seu preâmbulo, vista como passível de despoletar assimetria entre as exigências e as respostas da economia. A UEM foi, portanto, desde o início, pautada por tensões estruturais devido à agregação de países com políticas monetárias distintas (Dinan *et. al.*, 2017: 4). Estas discrepâncias inerentes à União Económica e Monetária fomentaram as desigualdades económicas entre os Estados-membros, privilegiando os Estados mais ricos e prejudicando os menos desenvolvidos. Neste contexto, a União Europeia passou a ser vista menos como uma possível solução e mais como uma parte do problema (Rosamond, 2016: 869).

Ao nível institucional, o Parlamento Europeu continua a ser considerado fraco, apesar dos crescentes poderes que lhe foram atribuídos através das reformas dos tratados. Tal acontece, sobretudo, porque as eleições para o Parlamento Europeu não são verdadeiramente europeias (Follesdal & Hix, 2005: 537). Os cidadãos europeus elegem os seus governos nacionais, que por sua vez garantem assento no Conselho Europeu e, por seu turno, nomeiam os Comissários Europeus (Hix, 1999; Mark *et. al.*, 2002; citado em Follesdal & Hix, 2005: 537).

Em suma, os processos de integração europeia e de descentralização/regionalização dos Estados modificaram a configuração dos Estados, redimensionaram a autoridade

política, dispersa por vários níveis de governação, conduzindo à reconceptualização de estruturas e competências, dos processos e enquadramentos legislativos, da economia, do comportamento institucional e do papel dos atores (formais e informais). A arquitetura institucional adotada – *top-down* e *bottom-up* – concretizou um sistema de formulação e decisão políticas policêntrico, com impactos e manifestações distintas nos vários níveis territoriais e nos diferentes Estados-membros (Hooghe e Marks, 2001; Ruel, 2014: 231).

1.2. A cobertura dos *media* e as primeiras páginas – *agenda-setting* e *framing*

Os acontecimentos que ocorrem à escala global são objeto de potencial noticiabilidade. Para adquirirem este potencial de noticiabilidade, isto é, merecerem a atenção e seleção jornalística, terão de constituir-se ‘valores-notícia’ (Galtung e Ruge, 1965)³. Neste sentido, os *media* estabelecem uma lista de matérias e assuntos que merecerão atenção, onde os cidadãos assimilam uma hierarquia temática que lhes é fornecida, consubstanciando o pressuposto clássico de que os *media* “podem não dizer às pessoas como pensar, mas indicam sobre o que pensar” (Cohen, 1963: 13).

Vários estudos têm explorado a influencia dos *media* sobre a agenda pública (McCombs, Shaw e Weaver, 1997; McCombs, 2004) bem como a construção dos assuntos prioritários na agenda política (Will *et al.*, 2011), reiterando que os meios de comunicação social constituem importantes atores na construção e formação da opinião pública, desempenhando um papel para além do meramente informativo: determinam as grandes questões de discussão pública, bem como influenciam e por vezes definem a agenda política (McCombs, 2018: 1). A atenção dada pelos *media* a um determinado assunto é considerada um dos recursos mais poderosos dos sistemas políticos (Boydston, 2008: 2), na medida em que coloca determinados assuntos no centro do debate público, dando-lhes a tão desejada visibilidade. Sendo os instrumentos mais poderosos na divulgação da informação, os *media* são os *gatekeepers* na determinação da relevância de determinado assunto, através da cobertura mediática que lhe atribuem. Destacam temas que consideram fundamentais e apresentam-nos à discussão pública, com o intuito de despertar interesse e fornecer aquilo que o público precisa de saber (Boydston, 2008: 2).

A capacidade dos *media* estabelecerem a agenda política, através da abordagem de assuntos de interesse público que não recebem a atenção (implícita ou explícita) por parte dos atores políticos, procurando acelerar o processo de resposta às necessidades e exigências dos cidadãos, é designado por *agenda-setting* (McCombs, 2018: 2).

Este enunciado é a principal assunção do processo através do qual os *media* conferem destaque a determinados assuntos de modo a despoletar no público a perceção de

³ Galtung e Rose, por exemplo identificam doze critérios de ‘valores-notícia, a saber: 1) amplitude; 2) frequência; 3) consonância; 4) significado; 5) continuidade; 6) carácter inesperado; 7) clareza; 8) composição e equilíbrio; 9) personalização; 10) negatividade; 11) referência às elites e 12) referência a países de elite.

que esses mesmos assuntos são mais relevantes do que outros (Coleman *et. al.*, 2009: 147). Isto é, o ênfase atribuído pelos *media* a um determinado assunto determina a importância atribuída a esse mesmo assunto pelo público (McCombs & Shaw, 1972: 177).

O público organiza a sua própria agenda com base na agenda dos *media*. Os assuntos que recebem mais destaque por parte da comunicação social são aqueles que o público percebe como sendo os mais relevantes, pelo que a agenda dos *media* se torna na agenda do debate público (Coleman *et. al.*, 2009: 147; McCombs, 2018: 2).

Inserido no chapéu teórico do *agenda-setting*, surge a análise do enquadramento/moldura (*framing*) que partilha o foco na relação entre os assuntos políticos nas notícias e a percepção das mesmas por parte do público (Borah, 2011; citado em Botta, 2018: 14). A análise do enquadramento (*framing*) expande-se para além do *agenda-setting* no que concerne ao modo como o público percebe a cobertura de um determinado assunto pelos *media* (Borah, 2011; citado em Botta, 2018: 14).

O conceito de *framing* diz respeito à forma como os eventos e os assuntos são organizados e interpretados, tanto pelos *media* como pelo público (Reese, 2001; citado em Coleman *et. al.*, 2009: 150). Assume que a forma como um determinado assunto é caracterizado pelos *media* influencia a interpretação dada pelo público (Scheufele & Tewksbury, 2007: 11). Isto é, «o processo através do qual são selecionados aspetos de uma determinada realidade, tornando-os mais salientes, de modo a promover uma definição específica de um problema, uma interpretação causal ou uma avaliação moral» (Entman, 1993; citado em Coleman *et. al.*, 2009: 150).

Tanto o *framing* como o *agenda-setting* chamam a atenção para as perspetivas dos comunicadores e do seu público, para a forma como os tópicos são retratados nas notícias e, em particular, para o destaque especial que determinados enquadramentos podem ter no contexto da mensagem que está a ser transmitida (Coleman *et. al.*, 2009: 150). A teoria de *agenda-setting* considera a seleção dos tópicos/assuntos como um fator determinante para as percepções do público acerca da importância de um determinado assunto, enquanto o *framing* não se concentra nos tópicos selecionados pela cobertura mediática, mas sim no modo como essas questões são apresentadas (Price & Tewksbury, 1997; citado em Scheufele & Tewksbury, 2007: 15). O enfoque do *framing* é, portanto, direcionado para o papel da comunicação e para a forma como os *media* enquadram os assuntos de formas

particulares, com o objetivo de alcançar o público e causar alterações na sua opinião (Lundblad, 2017: 1).

A primeira página de um jornal constitui o espaço mais importante para a difusão de notícias nos *media*, na medida em que é o primeiro contacto do leitor. É-lhe atribuído um grande poder de influência social, direcionando a atenção do público para um número delimitado de assuntos, o que por sua vez contribui para a articulação com a esfera pública nas sociedades democráticas (Casero-Ripollés & López-Rabadán, 2012: 460).

A informação apresentada na primeira página é organizada de forma estratégica, no sentido de dar destaque àquelas que são consideradas *hard news*, em detrimento das *soft news*. As *hard news* referem-se às notícias de interesse público e civil que têm de ser publicadas de imediato e estão geralmente relacionadas com política e economia, enquanto as *soft news* dizem respeito a assuntos de menor valor noticioso, tais como desporto, crime e outros temas triviais de menor incidência na vida quotidiana (Casero-Ripollés & López-Rabadán, 2012: 462).

Os mecanismos de seleção dos assuntos a figurar na primeira página são determinados por: i) eventos cuja natureza e impacto devem justificar destaque; ii) a quantidade de atenção dada a um determinado assunto no período anterior (*status quo*); iii) a rigidez ou abertura dos *media* à introdução de novos tópicos (dependente da quantidade de informação a processar num determinado momento); iv) maior ou menor concentração das dimensões respeitantes ao assunto em questão (quanto mais dimensões forem abordadas, mais abrangente será o debate gerado); v) as normas jornalísticas, na medida em que os *media* dependem do contexto institucional em que estão inseridos; vi) a atividade empresarial dos *media*; vii) a dicotomia de que a opinião pública é influenciada pelos *media*, mas também é simultaneamente influenciadora dos *media* e viii) o contexto político, são elementos cruciais na saliência dada pelos *media* a um determinado assunto (Boydston, 2008: 84-86).

A atenção por parte da comunicação social tem, no que concerne às primeiras páginas, um impacto considerável na opinião pública, bem como na agenda política. Cobb e Elder (1983) advogam que, para um determinado assunto obter reconhecimento na esfera pública, tem de ser garantido o acesso do público ao mesmo, quer através dos *media* ou de qualquer outra estratégia (Cobb & Elder, 1983: 86; citado em Boydston, 2008: 3). Assim, a atenção dos *media* é definida de acordo com o tipo de evento, a posição do governo

relativamente a um determinado assunto político, a natureza desse assunto, as dimensões que abrange e a estrutura e extensão do debate que será capaz de promover (Boydstun, 2008: 6-9). Isto é, os tópicos que definem a agenda dos *media* delineiam os contornos do debate político (Boydstun, 2008: 10).

Em suma, estes dois blocos teóricos – teorias da integração europeia e as teorias do *agenda-setting* e *framing* – constituem o arcabouço que sustenta a presente investigação. No capítulo seguinte, apresentamos o contexto institucional do Reino Unido no processo de integração europeia e os elementos que estiveram na origem da decisão de saída da União Europeia ('Brexit'). Sublinhamos os elementos da organização territorial do poder político na Grã-Bretanha, destacando em particular o papel e o posicionamento da região da Escócia no contexto do 'Brexit', bem como as dinâmicas políticas internas neste quadro institucional.

Capítulo II

2. O contexto institucional

2.1. O Reino Unido e a União Europeia – das intermitências da adesão à decisão de saída

O Reino Unido aderiu à Comunidade Económica Europeia a 1 de janeiro de 1973, após a ratificação do tratado de adesão em Bruxelas a 22 de janeiro de 1972 pelo Primeiro-Ministro conservador Edward Heath. Contudo, a sua participação no projeto europeu foi, desde o início, inconstante e apenas parcial (Oliver, 2018: 38-39).

Após duas tentativas falhadas - em 1961, sob proposta do Primeiro-Ministro conservador Harold Macmillan, o pedido de adesão foi rejeitado, e em 1963, devido à oposição do presidente francês Charles De Gaulle, que formalizou o veto da França -, em 1967, o Primeiro-Ministro trabalhista Harold Wilson apresenta um novo pedido de adesão à Comunidade Económica Europeia, o qual foi novamente vetado por Charles De Gaulle (Oliver, 2018: 29; 36). Estes dois vetos consecutivos tinham essencialmente um propósito nacional, relacionado com a manutenção da supremacia francesa na Comunidade e com a ameaça implícita que a proximidade do Reino Unido com os Estados Unidos da América poderia apresentar à CEE (Davis, 1997: 462).

Dois anos depois da aprovação do pedido de adesão, em 1975, o Reino Unido referendou a integração na Comunidade Económica Europeia. Era do conhecimento do povo britânico que a entrada no bloco económico implicaria a perda de alguma soberania e, em resposta aos protestos da “comunidade eurocética”, o Primeiro-Ministro Trabalhista Harold Wilson pôs em prática este mecanismo de consulta pública em 5 de junho de 1975 (Butler & Kitzinger, 2016: 1; Oliver, 2018: 40).

Os resultados foram relativamente homogêneos nas várias regiões, onde 67,2% dos votos foram favoráveis à permanência na Comunidade Económica Europeia (Miller, 2015: 4). A decisão da maioria era partilhada pela líder da oposição conservadora, Margaret Thatcher, que viria a chefiar o governo britânico em 1979. Em março de 1979, entra em vigor o Sistema Monetário Europeu⁴, no qual o Reino Unido rejeita participar (Cobham & Zis, 2016: 61).

⁴ O Sistema Monetário Europeu (SME) foi estabelecido aquando da criação da União Económica e Monetária, que tinha como função implementar uma política monetária única na União Europeia e assegurar

O Tratado de Maastricht, assinado pelos Estados-membros a 7 de fevereiro de 1992 e ratificado na Holanda a 1 de novembro, deu origem a um bloco económico assente em três pilares: a Comunidade Europeia, a Política Externa de Segurança Comum (PESC) e Justiça e Ação Interna (JAI) – aquilo que viria a chamar-se União Europeia. Neste tratado, foi também estabelecido a criação a moeda única, que seria adotada para facilitar a instrumentalização dos acordos comerciais entre os Estados-membros. O Reino Unido assina este tratado e, mais uma vez, beneficia de uma cláusula de exceção que lhe permite optar pela não participação na União Económica e Monetária (Oliver, 2018: 40).

Em 26 de março de 1995, entra em vigor o Tratado de Schengen, com o intuito de fomentar a livre circulação de pessoas, bens e capitais. O Reino Unido e a Irlanda negoceiam a título excecional e rejeitam fazer parte do chamado ‘Espaço Schengen’ (Emerson, 2011: 2).

Em 2010, David Cameron assume a condução da política britânica enquanto Primeiro-Ministro, e no ano seguinte (2011) as divergências entre Londres e Bruxelas acentuam-se, começando a delinear-se o caminho de saída da União Europeia. São várias as razões que explicam esta tensão institucional: desde logo, as divergências relativamente ao funcionamento e conceptualização dos sistemas políticos; as experiências culturais distintas e, sobretudo, as perspetivas conflitantes relativamente à questão da imigração, reforçada pela falta de apoio por parte dos cidadãos ao projeto europeu⁵ (Oliver, 2018: 51-52).

Adicionalmente, as divergências partidárias no seio dos Conservadores relativamente ao projeto europeu acentuam-se, questionando a participação do Reino Unido na UE, o que, por sua vez, ganha saliência na arena inter-partidária e assume uma dimensão importante na campanha eleitoral de 2015. Em plena campanha eleitoral, David Cameron compromete-se referendar a permanência do Reino Unido na União Europeia, em caso de vitória do partido conservador (Oliver, 2018: 52; Vasilopoulou & Keith, 2019: 488).

um crescimento económico sustentado. Assim, o SME foi criado com o objetivo de reforçar a cooperação da política monetária entre os Estados-Membros, visando a criação de uma zona de estabilidade monetária na Europa (Fonte: Eurocid. Consultado em: http://www.eurocid.pt/pls/wsd/wsdwcot0.detalhe?p_cot_id=4808)

⁵ Estas são as razões citadas por David Cameron num discurso de 2013 em Bloomberg (<https://www.gov.uk/government/speeches/eu-speech-at-bloomberg>).

No início de 2016, é estabelecido um acordo entre Londres e Bruxelas, conferindo ao Reino Unido limites aos benefícios a conceder aos imigrantes (uma das questões mais sensíveis da política britânica) e garantias de parceiros europeus fora da zona euro. No entanto, a livre circulação exigida por Bruxelas mantém-se (Oliver, 2018: 63). Perante as escassas cedências resultantes do acordo, o sentimento de rejeição da União Europeia por parte dos membros do Parlamento Britânico manteve-se inalterado, pressionando à realização de um referendo acerca da permanência na UE (Oliver, 2018: 63-64).

Os resultados do referendo manifestam maioritariamente as preferências dos britânicos pela saída da União Europeia. Em termos territoriais as diferenças relativamente ao posicionamento em relação ao enquadramento europeu são evidentes: Inglaterra e o País de Gales adotaram uma preferência pela saída, 53,4% e 52,2%, respetivamente, enquanto os cidadãos da Irlanda do Norte e da Escócia, expressaram a vontade pela permanência na União Europeia (55,8% e 62,0% dos votos, respetivamente). Apesar das divergências entre regiões e da pequena diferença percentual entre as duas opções (*Leave* e *Remain*), o resultado do referendo foi de 51,9% a favor da saída (*Leave*) e 48,1% favoráveis à permanência na União Europeia (*Remain*)⁶, o que determinou a saída do Reino Unido da União Europeia.

A concretização da saída da União Europeia por parte do Reino Unido é acionada através do Artigo 50.º do Tratado de Lisboa⁷, o qual simultaneamente desencadeia o período de negociação conducente à efetivação da saída do Estado-membro.

⁶ Consultado em: https://www.bbc.com/news/politics/eu_referendum/results.

⁷ Artigo 50.º n.º 1. Qualquer Estado-Membro pode decidir, em conformidade com as respetivas normas constitucionais, retirar-se da União; 2. Qualquer Estado-Membro que decida retirar-se da União notifica a sua intenção ao Conselho Europeu. Em função das orientações do Conselho Europeu, a União negocia e celebra com esse Estado um acordo que estabeleça as condições da sua saída, tendo em conta o quadro das suas futuras relações com a União. Esse acordo é negociado nos termos do n.º 3 do artigo 218.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. O acordo é celebrado em nome da União pelo Conselho, deliberando por maioria qualificada, após aprovação do Parlamento Europeu; 3. Os Tratados deixam de ser aplicáveis ao Estado em causa a partir da data de entrada em vigor do acordo de saída ou, na falta deste, dois anos após a notificação referida no n.º 2, a menos que o Conselho Europeu, com o acordo do Estado-Membro em causa, decida, por unanimidade, prorrogar esse prazo.

4. Para efeitos dos n.ºs 2.º e 3.º, o membro do Conselho Europeu e do Conselho que representa o Estado-Membro que pretende retirar-se da União não participa nas deliberações nem nas decisões do Conselho Europeu e do Conselho que lhe digam respeito. A maioria qualificada é definida nos termos da alínea b) do n.º 3 do artigo 238.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia.

5. Se um Estado que se tenha retirado da União voltar a pedir a adesão, é aplicável a esse pedido o processo referido no artigo 49.º (EUR-Lex - Tratado da União Europeia (versão consolidada)).

2.2. ‘Brexit’: processo centrífugo sem precedentes

O ‘Brexit’ apresenta-se como um processo centrífugo sem precedentes, cuja novidade implica uma maior atenção e reflexão por parte dos atores envolvidos. O Reino Unido foi o primeiro Estado-membro a manifestar oficialmente o desejo de abandonar a União Europeia (van der Wel & Wessel, 2017: 5). Como suprarreferido, expressou a sua intenção de abandonar a União Europeia através do voto, aquando da realização do referendo de 23 de junho de 2016. Depois de se conhecer o resultado do referendo, David Cameron comunicou a sua demissão, transferindo a tarefa de gerir o processo de negociação da saída da UE para o seu sucessor. Esta foi, portanto, a primeira consequência imediata do ‘Brexit’. Theresa May sucedeu a Cameron no comando do governo britânico, embora apoiante do *Remain*, e procurou adaptar o governo britânico ao novo contexto e ao processo pioneiro que teria pela frente (Oliver, 2018: 99-101). Assim, em 29 de março de 2017, a Primeira-Ministra Theresa May enviou uma carta ao Presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk, notificando-o da intenção de saída da União Europeia por parte do Reino Unido e abrindo caminho ao processo de negociações, apontando a sua conclusão para 29 de março de 2019. Contudo, vários constrangimentos emergiram, designadamente, ao nível da consensualização no Parlamento Britânico, traduzindo-se em sucessivos aditamentos ao calendário inicialmente proposto.

A primeira solicitação de alargamento do prazo teve lugar no dia 20 de março de 2019, nove dias antes da data estipulada para a saída do Reino Unido da União Europeia. Após a concordância por parte dos restantes Estados-membros, o período de negociações foi estendido até 22 de maio de 2019⁸. Porém, a persistente dificuldade na chegada a acordo por parte do Parlamento de Westminster fez com que Theresa May solicitasse uma nova extensão do prazo de negociações, fixando-se 31 de outubro de 2019 como data de saída⁹. No seguimento dos sucessivos bloqueios por parte do Parlamento Britânico à aprovação da legislação necessária para a implementação do acordo do ‘Brexit’, Theresa May anuncia oficialmente a sua demissão enquanto líder do Partido Conservador¹⁰, e Boris Johnson assume a liderança do governo britânico¹¹. Internamente, e durante o processo do

⁸ Consultado em: <https://www.bbc.com/news/uk-politics-47660019>.

⁹ Consultado em: <https://www.bbc.com/news/uk-politics-47889404>.

¹⁰ Consultado em: <https://www.bbc.com/news/uk-politics-48379730>.

¹¹ Consultado em: <https://www.bbc.com/news/uk-politics-49092327>.

‘Brexit’ (3 anos), *Downing Street* recebeu três Primeiros-Ministros Conservadores, evidenciando as divergências intrapartidárias, bem como as dificuldades inerentes à negociação do processo de saída, em Westminster e com as instituições europeias.

As principais implicações do ‘Brexit’ para a União Europeia dizem respeito ao modelo de governação multinível e à necessidade de reformulação e renegociação das relações do Reino Unido com a União. As consequências da saída do Reino Unido são transversais aos níveis económico, de sustentabilidade orçamental e financeira, territorial e legal (McGowan, 2018: 75-76). Ainda assim, o processo de saída tem sido fortemente caracterizado por avanço e recuos, demasiadas intermitências, quer ao nível interno – executivo e parlamento – quer ao nível externo, no relacionamento entre o Reino Unido e as instituições europeias.

O percurso do Reino Unido enquanto membro União Europeia é *path dependent*. É intermitente, envolto em cláusulas de exceção relativamente aos domínios da integração europeia, desde a exclusão do Espaço Schengen à exclusão relativamente à União Económica e Monetária e/ou à adoção da moeda única, que constituem exemplos ilustrativos desta “semi-participação” do Reino Unido na UE (Bongardt & Torres, 2016: 459).

2.3. A organização política do Estado e a devolução escocesa

O Reino Unido é considerado um Estado centralizado, mas não uniforme (McHarg & Mitchell, 2017), na medida em que as regiões britânicas apresentam alguma diversidade institucional e de políticas públicas. A supremacia do Parlamento confere ao Reino Unido um poder centralizado (Bogdanor, 1979; citado em Mcharg & Mitchell, 2017: 514), concentrando em si toda a autoridade política na tomada de decisão política.

Os desafios da integração territorial exigiram a criação de instituições de devolução em 1999 (Minto *et. al.*, 2016: 2). Assim, o Comité de Constituição da Câmara dos Lordes (*House of Lords Constitution Committee*) estabeleceu cinco pilares fundamentais do Reino Unido: *i*) a soberania do Parlamento; *ii*) Estado de direito; *iii*) Estado de união; *iv*) governos representativos; *v*) a participação na Comunidade, na União Europeia e em organizações internacionais (Câmara dos Lordes, 2001; citado em Mcharg & Mitchell, 2017: 514). Porém, a Constituição do Reino Unido¹² não é suficientemente clara no que concerne à questão da organização territorial do poder político.

Um enraizamento político do Parlamento da Escócia seria um passo largo na direção da tão desejada independência relativamente ao Reino Unido. A legislação produzida sobre os poderes devolutivos tem como objetivo evitar que as anteriores crises se repitam, através da criação de uma instituição capaz de dar voz ao povo escocês e responder às suas necessidades e exigências (Dewar, 1998; citado em Mcharg & Mitchell, 2017: 4). A introdução dos estatutos devolutivos deu início a uma nova etapa na relação do Reino Unido com os seus territórios, que tem vindo a evoluir no que diz respeito à atribuição de poderes às regiões (Minto *et. al.*, 2016: 2). Nas últimas duas décadas, o Reino Unido sofreu transformações internas, deixando de ser um Estado unitário para passar a vigorar uma política complexa e multinível, que conferiu às regiões – Escócia, Irlanda do Norte e País de Gales – o seu próprio poder executivo e instituições legislativas (Keating, 2017: 1).

O estatuto devolutivo da Escócia está previsto no *Scotland Act* de 1998¹³, que admite a realização de um referendo acerca da devolução de poderes. A Escócia deixou de existir como um Estado independente em 1707, ao assinar o Tratado de União com

¹² Compilação de um conjunto de leis, jurisprudência, tratados e convenções, na sua forma escrita.

¹³ O *Scotland Act* de 1998 estabeleceu o Parlamento Escocês descentralizado, conferindo à Escócia o controlo sobre áreas como a saúde, educação, justiça, transportes, governo local e desenvolvimento económico. (<https://www.scottishpolicyfoundation.org/devolved-powers>).

Inglaterra, dissolvendo o Parlamento Escocês e transferindo a autoridade política para Londres (Connolly, 2013: 60). Apesar da união com Inglaterra desde 1707, a Escócia preservou alguns elementos “nacionais”, tais como a cultura e a herança institucional, que contribuíram para que mantivesse uma identidade distinta do Reino Unido (McGarvey, 2007: 26).

As primeiras eleições para o Parlamento Escocês realizaram-se em 1999, institucionalizando o nível regional de governação dentro da organização do Reino Unido (McGarvey, 2007: 29). A devolução veio fortalecer a arena política escocesa, atribuindo ao Parlamento Escocês poderes mais abrangentes, nomeadamente no que concerne à criação de estruturas políticas próprias (Keating *et. al.*, 2003: 110; Keating, 2005: 6). Assim, os estatutos devolutivos conferiam às instituições descentralizadas a capacidade de desenvolver políticas de forma autónoma, sem a obrigatoriedade de seguir as linhas orientadoras de Westminster (Keating *et. al.*, 2003: 111).

Um dos objetivos da devolução reside no incremento da confiança e segurança dos escoceses relativamente ao seu sistema de governo (Dewar, 1998; citado em Bromley & Curtice, 2003: 66). Ainda assim, o processo de devolução escocês não é um processo fechado. É conhecida a posição dos políticos escoceses no que diz respeito a aumentar o escopo da sua autoridade regional, em particular, a autonomia (*self-rule*) em decidir nos assuntos respeitantes ao seu território, ultrapassando a competência partilhada e/ou exclusiva (*shared-rule*) com Londres. A fraca capacidade política do governo escocês torna-o dependente de redes políticas mais amplas, impossibilitando a centralização de competências referentes a áreas como a educação, a saúde e o desenvolvimento económico (Keating, 2005: 460).

Apesar de o Parlamento de Westminster ter restituído alguns poderes às regiões, o princípio da soberania parlamentar prevalece, pelo que esses poderes podem ser rescindidos a qualquer momento (Keating, 2018: 55). Na ausência de garantias constitucionais, foi aceite a Convenção de Sewel¹⁴, que determina que o Parlamento de Westminster não pode legislar, em situações normais, em assuntos respeitantes aos governos descentralizados sem o consentimento destes últimos. Nesta Convenção ficou

¹⁴ A Convenção de *Sewel* aplica-se quando o Parlamento do Reino Unido deseja legislar sobre um assunto da competência do Parlamento Escocês, da Assembleia Nacional do País de Gales ou da Assembleia da Irlanda do Norte. Nos termos da Convenção, o Parlamento do Reino Unido normalmente não o fará sem que a instituição descentralizada em causa tenha aprovado uma Moção de Consentimento Legislativo. (UK Parliament website: <https://www.parliament.uk/site-information/glossary/sewel-convention/>).

também estabelecido que o Parlamento de Westminster não tem autoridade para alterar os poderes devolvidos às regiões descentralizadas unilateralmente (Keating, 2018: 55-56).

2.3.1. Os referendos e a questão da independência da Escócia

A Escócia sempre teve uma identidade histórica e cultural distinta da Grã-Bretanha, que se manteve latente mesmo depois da União (1707). A questão nacional reacende-se nos anos 1970 e, em 1979, os Trabalhistas, com Margaret Thatcher no executivo britânico, promovem um referendo sobre devolução (*devolution*). Nesta consulta popular, os escoceses votaram contra (32,9%) a instauração de instituições regionais escocesas. Dezoito anos depois, em 1997, Tony Blair reabre o processo e a mesma questão volta a ser referendada, ganhando a aprovação dos escoceses (74%). As primeiras eleições regionais para o Parlamento Escocês realizaram-se em 1999, emergindo um governo de coligação entre trabalhistas e liberais –democratas (McGarvey e Cairney 2008: 33).

Foram estabelecidos os *devolved powers* e o enquadramento orgânico em termos de autonomia regional, onde Westminster manteve a exclusividade da decisão política ao nível dos assuntos externos, defesa e segurança social, enquanto foi garantida *self-rule* (auto-governo) aos escoceses, com a criação de instituições políticas escocesas e a capacidade de legislar em assuntos de âmbito interno, incluindo a educação, o desenvolvimento económico, saúde, habitação, direito, organização do governo local, bem como uma disposição em termos de diferenciação fiscal.

A institucionalização da autonomia regional na Escócia abrandou ou ímpetus independentistas aliados à moderação do *Scottish National Party* (SNP) através do seu líder Alex Salmond, que acabou por assumir uma posição de diálogo e cooperação institucional com Londres (Curtice, 2014).

Ainda assim, não foi suficiente. Em 2012, começa a ser ensaiado um novo referendo. Em 2014, o SNP convoca o terceiro referendo na Escócia. Para além da autoridade política, reclamava a independência face ao Reino Unido, requerendo um estatuto secessionista e tornando-se um Estado independente. Alex Salmond reiterou a necessidade deste referendo, dadas as limitações em termos de autoridade regional e a incapacidade da Escócia governar os seus próprios destinos de uma forma mais alargada, tendo em vista, por exemplo, objetivos económicos (Cairney 2011: 88). Isto é, apesar da

questão referendada ser orientada para a independência, o objetivo, não era a independência, mas garantir um aumento dos poderes da Escócia dentro do Estado britânico. O resultado do referendo traduziu o apoio dos escoceses ao movimento *Better Together* (55,3%), recusando a proposta de uma solução independentista (Antunes, 2015: 48).

O referendo do ‘Brexit’ reabriu o debate em relação à organização territorial do poder político e fez reacender a clivagem devolucionista e a causa independentista na Escócia. A Escócia é considerada a região mais pró-europeia do Reino Unido (Minto *et al.*, 2016: 2) e os escoceses, bem como o SNP, têm reclamado o direito à autodeterminação desde o Tratado da União. A Escócia tem reivindicado um alargamento da autoridade regional e das competências delegadas ou uma solução secessionista/independentista, isto é, de desagregação enquanto entidade política no quadro da organização do Estado britânico (Keating, 2009; Carney, 2011).

Nicola Sturgeon (SNP), a *First Minister* escocesa, expressou o seu descontentamento em resultado da decisão de saída do Reino Unido da União Europeia e anunciou a intenção de convocar um novo referendo acerca da independência da Escócia (McHarg & Mitchell, 2017: 13).

É este o contexto e o ‘contencioso’ político e institucional que têm marcado, desde o Tratado da União (1707), as relações institucionais entre Londres e Edimburgo. As sucessivas vagas reformistas, no que diz respeito ao enquadramento da autoridade regional na Escócia e os seus respetivos poderes devolutivos constituem um marco na história dos Estados plurinacionais.

2.4. O Estado da arte do referendo do ‘Brexit’ – o contexto

Nesta investigação interessa-nos compreender as dinâmicas de *agenda-setting* e *framing* dedicadas ao processo do ‘Brexit’, mediado pelo período prévio ao referendo de 2016 e à posteriori, durante a negociação de saída do Reino Unido da União Europeia (2019).

O referendo acerca da saída do Reino Unido da União Europeia que teve lugar em 2016 é, desde a sua génese, uma das questões centrais em debate ao nível europeu. Os *media* têm como principal função a provisão e transmissão de informação, desempenhando por isso um papel fundamental no processo de tomada de decisão (Barnett, S., 2016: 47). A decisão de abandonar a União Europeia, expressada pelos cidadãos através do voto no referendo de 23 de junho de 2016, veio enfatizar o seu poder na definição da agenda política e na formação da opinião pública relativamente a determinados assuntos (Sogelola, 2018: 128).

Os *media* desempenharam um papel crucial durante a campanha que antecedeu o referendo, dando a conhecer ao público as posições “pró-União” (*Remain*) e “pró-Brexit” (*Leave*) e respetivos argumentos. Foram a arena onde os representantes dos dois lados da campanha lutaram para conquistar a opinião pública. Para além disso, desempenharam um papel fundamental de *agenda-setting*, focando-se em determinados assuntos e atores políticos (Berry, M., 2016: 14), como verificaremos adiante.

A análise da cobertura noticiosa do assunto “Brexit” por parte dos *media* apresenta-se essencial na compreensão e análise do referendo e respetivo reflexo na opinião pública. O tratamento noticioso dado pelos *media* nos referendos realizados no Reino Unido denotou, de acordo com alguns autores, diferenças a sublinhar. Desde logo, em 1975, procurou transmitir-se aos eleitores o máximo de informação possível acerca da Comunidade Económica Europeia (CEE), respetivas instituições e poderes, de modo a promover o voto informado. Para além disso, houve algum esforço no sentido de equilibrar a difusão de discursos anti e pró-europeus (Blumler, J., 2016: 11). Pelo contrário, em 2016 não se verificou qualquer esforço nesse sentido, o que deixou nas mãos de um eleitorado pouco informado uma decisão de enorme importância para o futuro do Reino Unido e, sobretudo, da União Europeia (Meyer, 2016: 59; Crines, 2016: 61).

Numa primeira fase, a campanha *Leave* focou-se em argumentos relacionados com a economia e a soberania nacionais, bem como na maior capacidade de negociação do

Reino Unido fora da União Europeia. Num segundo momento, situou o seu enfoque em temas fraturantes como a imigração e a livre circulação dentro da União Europeia (Oliver, 2018: 66; Sogelola, 2018: 128). O *slogan* escolhido pela campanha *Leave – Take Back Control* – faz referência à recuperação de soberania por parte do Reino Unido, bem como à devolução poderes delegados ao nível supranacional (UE). Por se tratar de uma mensagem de fácil compreensão e passível de diversas interpretações, permite que um maior número de pessoas se identifique com esta posição (Levy, D. *et. al.*, 2016: 33). Além disso, esta façção apostou na difusão em grande escala de mensagens a favor da saída do Reino Unido da União Europeia, aproximando-se ainda mais do público (Berry, M., 2016: 14).

Por seu turno, a campanha *Remain* apresentou dificuldades na transmissão de uma mensagem promotora da União Europeia, onde explicasse os benefícios da pertença à União de uma forma acessível à compreensão por parte do público (Glencross, 2016: 41-42). Focou-se, sobretudo, nos riscos económicos associados à saída da União Europeia e procurou sustentá-los com recurso a especialistas qualificados, providenciando informação factual, mas falhando no estabelecimento de uma ligação com o público. Ao investir em informação tão precisa e proveniente da análise e interpretação de factos e dados exatos, passou a imagem de que representava uma elite, afastando-se por isso do eleitorado (Levy, D. *et. al.*, 2016: 33). A sua mensagem *Britain Stronger in Europe* não foi sustentada com argumentos capazes de enaltecer as vantagens de fazer parte da União Europeia. Pelo contrário, a campanha *Remain* adotou um discurso pouco apelativo e direccionado para os custos do ‘Brexit’ (Oliver, 2018: 65-66).

Adicionalmente, a ideia transmitida pelas fontes de informação é frequentemente a de que a relação da União Europeia com o Reino Unido assume uma natureza conflituosa e não de colaboração, o que evidencia algum enviesamento na opinião pública a favor do *Leave*. No entanto, o desejo da campanha *Remain* de expor as consequências negativas do ‘Brexit’ em áreas como a economia ou a migração fez com que descurasse a promoção da participação na União Europeia e as vantagens que dela advêm (Berry, M., 2016: 14), não tendo sido capaz de contrariar esta tendência emergente de oposição à participação na União.

O conteúdo das campanhas fez toda a diferença no resultado final do referendo. A campanha a favor do *Leave* apresentou argumentos positivos, enaltecendo os benefícios para o Reino Unido caso saísse da União Europeia. Já a campanha a favor do *Remain*,

comprometeu a apresentação de argumentos positivos que apelassem ao voto pela permanência na União Europeia e focou-se nas consequências negativas inerentes à saída da UE, ao invés de realçar as vantagens de ser um Estado-membro (Begg, 2016: 33).

Vários autores sustentam que a opinião pública esteve sempre mais exposta a notícias e argumentos contra a União Europeia (Berry, 2016: 14), contribuindo favoravelmente para o resultado do referendo. Ao mesmo tempo, revelou o quão negativa é a opinião dos cidadãos britânicos acerca da União Europeia, na medida em que rejeitaram a permanência na Europa sem que lhes fosse apresentada outra alternativa (Fitz Gibbon, 2016: 16).

Perante um eleitorado pouco informado acerca da União Europeia (Glencross, 2016: 14; 18), os assuntos que mereceram maior destaque durante o referendo foram aqueles que suscitavam um maior consenso, desde logo, os impactos relacionados com a imigração, a contribuição do Reino Unido para o orçamento europeu e o défice democrático na governação europeia (Glencross, 2016: 3).

Também os temas relacionados com a soberania associada à devolução de poderes a instituições supranacionais (UE) afastavam os eleitores da crença nas vantagens da pertença à União, funcionando a favor do *Leave* (Glencross, 2016: 5). O enfoque dado pela campanha *Leave* direccionou-se sobretudo para a recuperação da soberania e fez com que se prestasse pouca atenção à questão devolutiva, deixando pouco claro que o ‘Brexit’ pode ser prejudicial para a União Europeia, em particular no que concerne a essa questão (Yuratic, D., 2016: 29).

É fundamental destacar que, apesar da eficácia superior da campanha pró-*Leave* em comparação com a campanha pró-*Remain*, a comunicação social teve um papel de grande peso no resultado do referendo, dado que a questão da saída da União Europeia foi tratada pela maioria das fontes de informação de forma fortemente enviesada a favor da saída da UE (Levy, D. *et. al.*, 2016: 33; Wheeler, 2014, citado em Sogelola, 2018: 129).

É neste sentido que nos propomos a analisar as primeiras páginas de um jornal nacional e um jornal regional (escocês) – *Daily Mail* e *The Herald* –, com o objetivo de averiguar qual o tratamento dado à temática do ‘Brexit’ e à questão da devolução escocesa por cada um deles, através da análise das primeiras páginas. Assim, equacionámos a seguinte pergunta de partida: *Quais os assuntos (issues) privilegiados pelos media durante o processo do ‘Brexit’?*

Capítulo III

3. Enquadramento Metodológico

Nesta investigação, propomo-nos a analisar o tratamento da informação noticiosa apresentada pelos *media* através das primeiras páginas relativamente ao objeto de estudo da presente investigação – o processo do ‘Brexit’ e o posicionamento da Escócia face a este processo.

Vários estudos têm evidenciado, através da análise das primeiras páginas, a importância central dos assuntos políticos (Bonafont & Palau, 2011; López-Rabadán & Casero-Ripollés, 2012; Wolfe, Boydston & Baumgartner, 2009), na medida em que constituem elementos imprevisíveis numa base diária e, ao mesmo tempo, exibem padrões previsíveis ao longo do tempo – o equilíbrio (Boydston, 2008; Baumgartner e Jones, 1993).

Situamos a nossa orientação metodológica na análise de conteúdo aplicada às primeiras páginas. A «análise de conteúdo é uma técnica de investigação para a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação» (Berelson, 1952), tendo como objetivo captar uma quantidade, frequência de informação veiculada pelos meios de comunicação social. Entre as dimensões do ‘conteúdo’, identificamos determinados temas (*issues*) e codificámo-los numa escala de presença ou ausência, no sentido de concretizarmos os objetivos da presente investigação. Utilizámos como recorte e instrumento analítico os pressupostos estabelecidos pelo *Comparative Agenda Project* (CAP)¹⁵.

Estabelecemos como principal objetivo desta investigação compreender o destaque atribuído pelos *media* ao processo do ‘Brexit’ e aos ecos deste processo, na Escócia, precisamente por apresentar institucionalmente um forte apoio à solução de permanência na União Europeia (pró-*Remain*). Para tal, definimos como unidade de análise as primeiras páginas dos jornais, um nacional – *Daily Mail* – e um regional – *The Herald* –, no sentido de estabelecer uma análise comparativa entre a saliência dos temas ao nível nacional e o seu impacto ao nível regional.

Definimos dois períodos de análise: num primeiro momento, propusemo-nos a analisar as primeiras páginas dos dois jornais - trinta dias antes e trinta dias após a

¹⁵ <https://www.comparativeagendas.net/>.

realização do referendo do “Brexit” (de 25/05/2016 a 23/07/2016), e num segundo momento, cobrimos o período inicialmente estipulado para a saída do Reino Unido da União Europeia (29 de março de 2019), utilizando o mesmo critério de seleção do período temporal, trinta dias antes e trinta dias depois (de 28/02/2019 a 28/04/2019), perfazendo um total de 240 observações (N).

Numa abordagem de orientação qualitativa, e de acordo com a pergunta de partida enunciada, pretendemos analisar os tópicos abordados pelos *media*, bem como a frequência da sua saliência. Estes constituem os nossos principais indicadores na exploração das primeiras páginas, tendo em conta os períodos de análise.

Na operacionalização do nosso objeto de estudo, compilámos as primeiras páginas dos jornais selecionados dentro da janela temporal definida e caracterizámos o nosso *corpus* – os assuntos (*issues*) e a hierarquização dos tópicos apresentados em linha com a hipótese do *agenda-setting*.

Tabela 1. Caracterização do *corpus*

Jornais	N
<i>Daily Mail</i>	120
<i>The Herald</i>	120
Total (N)	240

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 2. Definição dos Assuntos (*Issues*)

Assuntos (<i>Issues</i>)
1. Assuntos do “Brexit”
2. Cidadania e Direitos
3. Comércio Internacional
4. Imigração e Refugiados
5. Macroeconomia doméstica
6. Território
7. União Europeia e Instituições

Fonte: Adaptado a partir da codificação estabelecida pelo *Comparative Agenda Project* (www.comparativeagendas.net/pages/master-codebook).

3.1. Análise dos Resultados

3.1.1. Análise dos principais assuntos (*issues*) no período respeitante ao referendo do ‘Brexit’ (2016) e no período de negociação do acordo de saída (2019)

Debrucemo-nos, numa primeira instância, sobre o período respeitante ao referendo de 2016. Ao proceder à análise do objeto de estudo – primeiras páginas –, registámos vinte e cinco (25) observações sem qualquer referência aos “assuntos do Brexit” no jornal *Daily Mail*, o que se traduz numa ausência de importância do tópico numa parte em quase metade do período analisado (42%).

O jornal *The Herald* seguiu a mesma tendência, ainda que com uma pequena diferença no destaque a este assunto, onde se registaram doze (12) unidades de análise sem qualquer referência aos assuntos do ‘Brexit’, em pleno período de campanha eleitoral.

Tendo em conta o volume de tiragem e circulação dos jornais analisados, é expectável que ambos os jornais destaquem os assuntos do ‘Brexit’ nas suas primeiras páginas. Contudo, devido à sua cobertura nacional, é esperado que o jornal *Daily Mail* dedique uma substancial atenção aos assuntos do ‘Brexit’ na sua agenda com maior frequência.

No caso do *The Herald* (jornal escocês), é de esperar que atribua um maior destaque aos assuntos relacionados com a devolução escocesa e que a organização territorial do poder político sejam uma prioridade do *agenda-setting* e do *framing* noticioso, dada a maior proximidade e familiaridade o assunto. Para além disso, o voto da Escócia no referendo de 2016 traduz uma tendência pró-União Europeia, o que certamente resultou numa maior preocupação desta região com o seu futuro pós-‘Brexit’.

Tabela 3. Assuntos (*Issues*)¹⁶ abordados nas primeiras páginas dos jornais *Daily Mail* e *The Herald* durante o período antecedente ao referendo do ‘Brexit’ e os trinta dias subsequentes

Assuntos (<i>Issues</i>)	<i>Daily Mail</i>	<i>The Herald</i>
	%	%
Assuntos do ‘Brexit’	40	27
Cidadania e Direitos	2	3
Comércio Internacional	2	5
Imigração	20	0
Macroeconomia doméstica	7	10
Território	0	40
UE e Instituições	12	15
Total	100,00	100, 00
	(N= 120)	(N= 120)

Fonte: Elaboração própria.

Considerando os *issues* abordados nas primeiras páginas, estes servem de enquadramento para uma visão mais geral dos grandes temas que marcaram o *agenda-setting* de cada um dos jornais, no que diz respeito ao denominado processo do ‘Brexit’. A Tabela 3. indica-nos a frequência com que determinados assuntos foram tornados relevantes pelos *media* e mereceram chamada de primeira página.

¹⁶ Ver Anexo B.

Os assuntos do ‘Brexit’ são um dos temas mais frequentemente referidos no *Daily Mail*, representando 40% das primeiras páginas; já no jornal *The Herald*, este é o segundo assunto mais saliente, correspondendo a 27% da chamada de primeira página. A importância deste assunto nas primeiras páginas do jornal nacional está associada à sua própria dimensão, à escala nacional, mas também às operações do governo, dado que esta categoria engloba todas as ações de atores políticos, posições dos partidos políticos e sondagens.

De entre os sub-tópicos, verificamos uma diferença significativa na presença de notícias com base em sondagens e referentes à campanha eleitoral e intenções de voto nas primeiras páginas do jornal *The Herald*, enquanto o jornal *Daily Mail* dá maior destaque aos atores políticos, em particular aos debates e declarações prestadas pelos mesmos em plataformas audiovisuais.

Os assuntos relacionados com a Cidadania e Direitos apresentam uma frequência pouco representativa nas primeiras páginas de ambos os jornais. Contudo, podemos denotar um maior número de notícias referentes a este *issue* nas primeiras páginas do jornal *The Herald*. Estas notícias surgem, geralmente, associadas à cidadania europeia e aos direitos que lhe são inerentes, nomeadamente à livre circulação. Também o *issue* do Comércio Internacional é referido com maior frequência nas primeiras páginas do jornal *The Herald*, essencialmente associado à participação no mercado único, um dos principais benefícios da pertença do Reino Unido à União Europeia e por isso um forte argumento pró-*Remain*.

No que concerne à Imigração, apenas o jornal *Daily Mail* destaca este assunto, figurando em 20% das primeiras páginas analisadas. Pelo contrário, o jornal *The Herald* não faz qualquer referência a esta questão. Esta divergência evidente entre os dois jornais pode estar relacionada com o carácter nacional vs. regional, bem como com o facto de o *Daily Mail* ter um posicionamento declarado pró-*Leave*. Ora, é do conhecimento geral que uma das questões mais sensíveis para o Reino Unido no que concerne à participação na União Europeia está relacionada com o fluxo migratório decorrente da livre circulação. É, portanto, expectável que este assunto faça parte do *agenda-setting* do *Daily Mail*, uma vez que se trata de um dos argumentos mais fortes a favor da saída da UE. Tal explica, em simultâneo, o facto de este tema não registar qualquer referência nas primeiras páginas do *The Herald*. A importância do argumento da imigração na campanha pró-*Leave* justifica a

predominância desta questão no jornal de carácter nacional, assumidamente a favor da saída da União Europeia.

A saliência dedicada aos assuntos respeitantes à Macroeconomia Doméstica é distinta nas primeiras páginas dos dois jornais. Esta diferença deve-se, em grande parte, à predominância na campanha *Remain* de argumentos associados aos custos do ‘Brexit’ e consequências negativas da saída da UE. Podemos explicar esta discrepância com base na tendência da região da Escócia a favor da permanência na União Europeia, que justifica a abordagem de temas pró-*Remain*. Por oposição, o carácter anti-UE do jornal *Daily Mail* resulta numa menor frequência de notícias relacionadas com as consequências macroeconómicas da saída da União Europeia nas suas primeiras páginas.

O Território é um assunto de destaque nas primeiras páginas do jornal *The Herald*. Tal deve-se, sobretudo, ao facto de este se tratar de um jornal regional, já que este assunto é crítico para a comunidade escocesa e para o poder político regional. Neste sentido, este tema representa uma das maiores preocupações da Escócia a dois níveis: no plano interno, no que concerne à hipótese de independência da Escócia relativamente ao Reino Unido e à sua relação institucional com Londres; e no plano externo, no que diz respeito à (futura) relação da Escócia com a União Europeia.

A ausência de importância dos assuntos territoriais, da organização política no território e das contingências institucionais no relacionamento com o Estado e as regiões britânicas por parte do *Daily Mail* traduz desinteresse e uma deliberada despolitização do assunto. Isto é, o assunto é excluído da agenda e do debate políticos: apesar de ser importante, é apenas à escala regional. Os *media* nacionais, em particular o *Daily Mail*, ao não incluir o assunto na agenda mediática, esvazia a sua importância e evita politizá-lo neste processo do ‘Brexit’.

O ênfase atribuído ao *issue* da União Europeia e respetivas Instituições foi igualmente divergente nos dois jornais, representando 12% das primeiras páginas do *Daily Mail* e 15% das primeiras páginas do *The Herald*.

Concentremo-nos agora na evolução do *agenda-setting* das primeiras páginas dos jornais *Daily Mail* e *The Herald* no período subsequente à realização do referendo do ‘Brexit’, no sentido de aferir as alterações em termos de importância, dada pelos dois jornais, através da comparação de dois períodos temporais, e identificar potenciais desvios

em termos de agendamento e de enquadramento dos assuntos que presidiram ao período de campanha do referendo.

No que concerne ao jornal *Daily Mail*, os assuntos do ‘Brexit’ registaram uma frequência consideravelmente elevada. Contudo, foi no período pré-referendo que este assunto mereceu maior destaque nas primeiras páginas, com particular enfoque da agenda na análise das intenções de voto.

Um dos elementos que merece ressaltar nesta análise é a abordagem e o destaque dado aos resultados do referendo sob a perspectiva institucional dos partidos políticos (interpartidária) e o posicionamento dos atores políticos (intra-partidária). Claramente, e passado o período de campanha eleitoral, os *media* direcionam o olhar do público para as eventuais consequências institucionais que despontam. O *Daily Mail* optou por chamar às primeiras páginas os discursos acerca da saída da UE, perspetivando os ‘novos caminhos’ que se avizinham, quer em termos de reconfigurações institucionais, políticas, económicas, sociais e culturais internas, quer no relacionamento com os outros Estados.

O assunto da Imigração, pelo contrário, registou uma menor saliência nas primeiras páginas, justificado pelo resultado do ‘Brexit’ (saída da UE), que de alguma forma amenizou a discussão relativamente à entrada de novos imigrantes em espaço britânico. Assim, faz sentido que a agenda do *Daily Mail* diminua a atenção dada a este *issue*, ao mesmo tempo que, de igual forma, o destaque atribuído aos assuntos respeitantes à UE e às suas instituições é reduzido neste período pós-referendo.

Deste modo, podemos deduzir que as grandes diferenças ao nível do *agenda-setting* nos dois períodos analisados (antes e após a realização do referendo) se relacionam com o enquadramento que é dado a determinados assuntos. Alguns assuntos perderam importância, pela circunstância do resultado do referendo, e outros assuntos traduziram um foco distinto, desde logo, evidenciando a perspetiva dos atores políticos na concretização da decisão do referendo popular pela saída do Reino Unido da União Europeia.

O *The Herald* orientou claramente o seu *agenda-setting* em torno dos assuntos territoriais, em particular da Escócia, em relação a Londres e ao vincado posicionamento em permanecer na UE. Tratando-se de um jornal regional, é evidente que o agendamento público e político seja direcionado para os temas respeitantes às consequências do ‘Brexit’ no território e ao futuro das regiões britânicas no quadro de saída do Reino Unido da União Europeia.

Os argumentos expressados acerca do futuro das regiões durante o período de campanha tornam-se mais evidentes depois do resultado do referendo. A questão da devolução escocesa, em particular, passa a ser o epicentro da agenda política espelhada nas primeiras páginas do jornal *The Herald*. A dúvida e a incerteza são o enquadramento privilegiado neste assunto no pós-referendo.

No segundo momento onde se situa a nossa análise – no período mediado entre o processo de negociação e a data anunciada para a saída anunciada do Reino Unido da União Europeia –, a saliência dos assuntos selecionados registou uma menor atenção por parte dos *media*. Considerando os avanços e recuos constantes no processo de negociação do ‘Brexit’, fortemente condicionado pelo posicionamento interno, em particular do Parlamento Britânico e dos seus atores políticos que a cada momento assumiram os dossiers, verificou-se uma intensa substituição dos membros do executivo britânico que lideravam este dossier e representavam o país nas negociações em Bruxelas, a par também das três substituições realizadas ao nível do Primeiro-ministro (David Cameron, Theresa May e Boris Johnson).

Adentro deste contexto institucional, importa em todo o caso atender à importância dada pelos *media* aos assuntos selecionados.

Tabela 4. Assuntos (*Issues*) abordados nas primeiras páginas dos jornais *Daily Mail* e *The Herald* no período antecedente e subsequente a 29 de março¹⁷

Assuntos (<i>issues</i>)	<i>Daily Mail</i>	<i>The Herald</i>
	%	%
Assuntos do ‘Brexit’	28	50
Cidadania e Direitos	0	0
Comércio Internacional	0	2
Imigração	0	0
Macroeconomia doméstica	0	0
Território	0	28
UE e Instituições	15	17
Total	100,00	100, 00
	(N= 120)	(N= 120)

Fonte: Elaboração própria

A Tabela 4. aponta para a total ausência dos assuntos territoriais no agendamento das primeiras páginas do *Daily Mail*. O *The Herald* mantém a saliência do tópico, ainda que com menor frequência, em comparação com o período mediado pela realização do referendo em 2016. O destaque dado a este tema deve-se, sobretudo, à incerteza no pós-‘Brexit’, bem como ao posicionamento da Escócia relativamente à permanência no Estado britânico. A nível nacional, a questão da devolução escocesa tem menor expressão no que concerne à cobertura mediática, em parte devido ao pouco interesse do Reino Unido na realização de um novo referendo acerca da independência da Escócia.

No que concerne aos assuntos do ‘Brexit’, o destaque dado a este tópico regista diferentes frequências nas suas primeiras páginas, constituindo assim um elemento de divergência entre ambos. Contudo, a expressividade desta discrepância pode ser atenuada

¹⁷ Foram considerados 30 dias antes da data anunciada para a saída do reino Unido da União Europeia (29 de março) e 30 após a anunciada data de saída - 8/02/2019 a 28/04/2019.

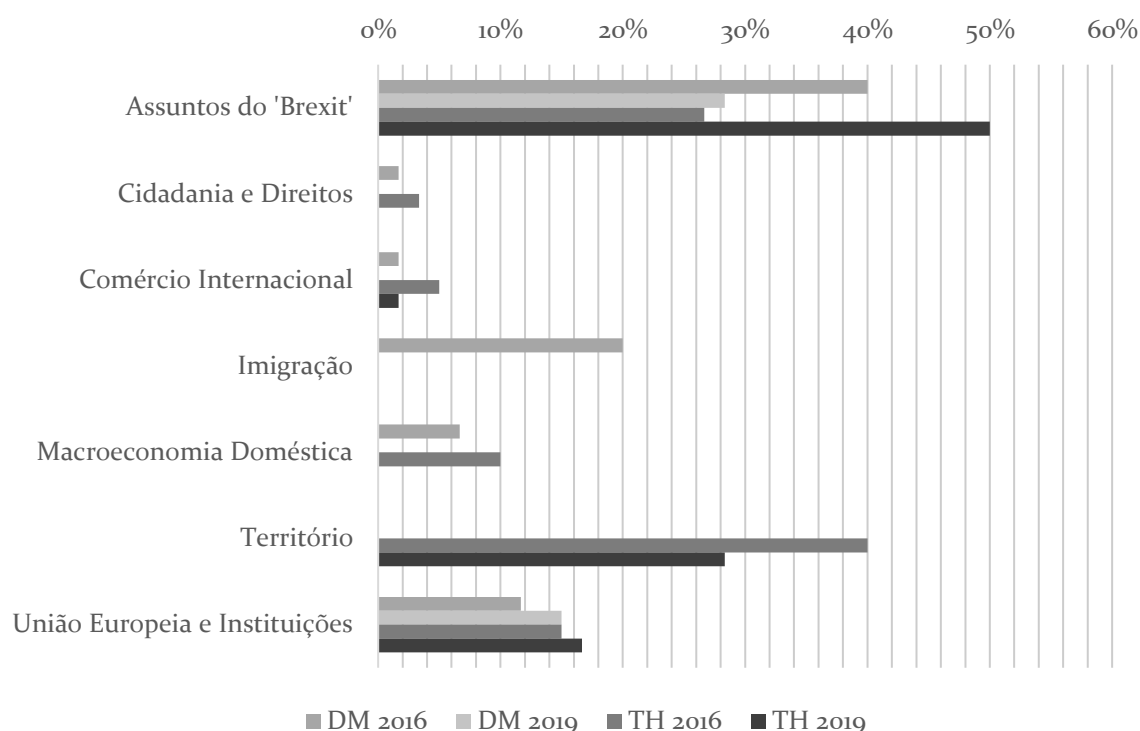
pelo facto de o *Daily Mail* só registar, ao longo do período analisado, dezassete (17) primeiras páginas com referência ao ‘Brexit’.

É de notar que os assuntos que traduzem uma divergência significativa no *agenda-setting* entre os dois jornais neste período estão relacionados com as questões territoriais, bem como com a reiterada referência aos atores políticos que politizam a agenda mediática, designadamente Theresa May, Nicola Sturgeon e Boris Johnson. Por seu turno, as notícias respeitantes às posições dos partidos políticos – nacionais e regionais – garantem destaque no jornal *The Herald*.

O Parlamento de Westminster e respetivos debates são alvo de atenção tanto por parte do *Daily Mail* como do *The Herald*, que fazem uma cobertura bastante significativa deste assunto nas suas primeiras páginas. Os obstáculos impostos pelos membros do Parlamento aos acordos propostos fazem com que o período de negociações se arraste, o que conduz à permanência deste tema na agenda dos *media*. As negociações com as instituições europeias, o incumprimento dos prazos estipulados para a saída da UE e os constantes adiamentos traduzem uma permanência da atenção dedicada pelos *media* neste domínio.

Passamos agora à análise comparativa dos jornais *Daily Mail* e *The Herald* em ambos os períodos temporais – período antecedente e subsequente à realização do referendo (2016) e o período estabelecido para a anunciada saída da UE (2019) –, no sentido de verificar as semelhanças e diferenças em termos de *agenda-setting* dos *media*, onde o contexto político e institucional surge como um elemento interveniente importante.

Gráfico 1. Assuntos (*Issues*) abordados nas primeiras páginas dos jornais *Daily Mail* e *The Herald* nos dois períodos analisados (2016 e 2019)



Fonte: Elaboração própria.

Em 2016, os *media* definiram o seu destaque para os assuntos do referendo e respetiva campanha eleitoral. Os dois jornais, associados a fações diferentes do debate pró-permanência e pró-saída, dedicaram o espaço das suas primeiras páginas aos argumentos com os quais se identificavam mais, procurando influenciar e mobilizar o maior número possível de leitores e influenciar a sua intenção de voto. Enquanto o *Daily Mail* apresentou com elevada frequência notícias relacionadas com a imigração e com o papel da União Europeia na regulamentação do fluxo migratório, o *The Herald* focou-se nas consequências da saída do Reino Unido da UE, bem como no futuro incerto das regiões caso tal acontecesse, com especial destaque para o caso da Escócia. Na fase pós-referendo, o enfoque desviou-se para os atores políticos e respetivos discursos, debates e comunicações. No entanto, o jornal *The Herald* concentrou a sua agenda nos assuntos respeitantes à devolução escocesa, o que realça o facto de este ser um tema estruturante para o futuro do Reino Unido.

No período das negociações e antecedente ao prazo estipulado para a saída do Reino Unido da UE (2019), o clima de incerteza permanece, desta vez decorrente da

difficuldade de chegada a acordo por parte do Parlamento de Westminster e os intentos do executivo britânico acerca do acordo de saída. Nesta fase, as primeiras páginas de ambos os jornais refletem assuntos relacionadas com o Parlamento de Westminster e as negociações com Bruxelas. Estes são os temas centrais da política britânica atual, o que faz com que os *media* os definam como prioridades na agenda política e procurem integrá-los com maior frequência e destaque nas suas plataformas.

Assim, podemos verificar que se registou um estreitamento da agenda dos *media* de 2016 para 2019, dado que as primeiras páginas tenderam a reduzir o número de assuntos abordados e foi registada uma maior saliência das questões territoriais e dos assuntos relacionados com a UE e respetivas instituições, em detrimento dos assuntos relacionados com a imigração e a macroeconomia.

Por último, tivemos em conta a evolução da agenda dos jornais *Daily Mail* e *The Herald*, tanto em 2016 como em 2019, no sentido de averiguar se os temas abordados nas primeiras páginas se mantêm ao longo dos dias ou se a agenda assume alguma “rotatividade”. Concluimos que o jornal com maior tendência ao *status-quo* na agenda das suas primeiras páginas é o *The Herald*, registando frequências semelhante nos dois períodos – em 2016, a agenda manteve o *status-quo* em vinte e cinco (25) primeiras páginas; em 2019, manteve o *status-quo* em vinte e seis (26) primeiras páginas. No entanto, é importante ter em conta que, no período referente a 2019, só foram registadas nove (9) primeiras páginas do jornal *Daily Mail* com notícias acerca do “Brexit”, pelo que a homogeneidade da sua agenda seria de 100%, uma vez que todas as ocorrências são referentes às negociações no Parlamento de Westminster e aos diálogos com Bruxelas.

Adicionalmente, realizámos um teste estatístico das observações apuradas com o intuito de confirmarmos a tendência identificada pela análise qualitativa, recorrendo a um teste não-paramétrico de Mann-Whitney para aferir a existência ou não de variação significativa entre os dois jornais no que diz respeito aos assuntos abordados.

Os valores apresentados correspondem ao valor do teste (*Mann-Whitney U*) e ao nível de significância verificado (*p-value*). É este último que indica se existe ou não variação significativa nas dimensões abordadas pelos jornais *Daily Mail* e *The Herald* entre a primeira e a segunda fase dos dois períodos analisados¹⁸.

¹⁸ Quando $p > 0,05$ aceita-se que não existe variação significativa na distribuição das variáveis. Pelo contrário, quando $p < 0,05$ existe variação significativa na distribuição das variáveis.

Os dados apresentados na Tabela 5. permitem-nos reforçar as divergências identificadas no *agenda-setting* de ambos os jornais analisados. O alinhamento e a importância dos tópicos destacados pelas primeiras páginas no *Daily Mail* e no *The Herald* seguem critérios distintos, reforçados pela circunstância de que o jornal nacional *Daily Mail* assumiu uma posição em favor do *Leave* (saída do Reino Unido da UE), enquanto o jornal regional *The Herald* se posicionou em defesa da permanência na União Europeia, favorável ao posicionamento da região da Escócia.

Tabela 5. Variação dos assuntos (*Issues*) abordados nas primeiras páginas dos jornais *Daily Mail* e *The Herald* (2016 e 2019)

Distribuição dos <i>Issues</i>	2016		2019	
	U	p	U	p
2016	571,500	0,060*	640,000	0,003**
2019	577,000	0,044**	631,000	0,02**

*aceita H_0

**rejeita H_0

Fonte: Elaboração própria

4. Discussão

A influência da comunicação social sobre a opinião pública é indubitavelmente relevante, uma vez que coloca em debate os assuntos proeminentes da agenda política, promovendo diversos pontos de vista e assumindo frequentemente um papel decisivo na posição tomada pela sociedade relativamente a um determinado evento (Casero-Ripollés & López-Rabadán, 2012: 460). Durante a campanha que antecedeu o referendo do ‘Brexit’, o papel dos *media* foi preponderante no destaque do posicionamento, argumentos e atores políticos em torno da permanência ou saída do Reino Unido da União Europeia.

O agendamento de assuntos e/ou argumentos favoráveis à saída do Reino Unido da UE ganhou preponderância e reiterada frequência que, combinada com os fracos argumentos da campanha *Remain*, determinou o resultado do referendo (Glencross, 2016: 41-42; Oliver, 2018: 65-66).

A campanha *Leave*, sob o slogan *Take Back Control*, focou a sua contestação em argumentos relacionados com temas fraturantes como a soberania, a maior capacidade de negociação do Reino Unido fora da União Europeia e a imigração. Pelo contrário, a campanha *Remain* falhou na transmissão de uma mensagem promotora dos benefícios da pertença à União Europeia de uma forma acessível à compreensão por parte do público. *Britain Stronger In Europe* não alavancou as vantagens e méritos da integração europeia, atribuindo vantagem aos promotores do *Leave*.

A análise das primeiras páginas do *Daily Mail* e do *The Herald* reiteram a hipótese de *agenda-setting* dos *media*, que desempenham um cardeal na definição da agenda política (McCombs, 2018: 2). Na análise longitudinal realizada, é possível afirmar que o destaque dados aos assuntos do ‘Brexit’ foi mais saliente no jornal escocês *The Herald*, justificado pelas potenciais consequências da saída e pela iminência de uma solução divergente para a organização política do território da Escócia (independência). Em simultâneo, foram os assuntos relacionados com o território, em particular relacionados com a devolução escocesa, que registaram uma maior variação em termos de frequência nas primeiras páginas: o *Daily Mail* negligenciou totalmente a sua importância, enquanto o *The Herald* manteve o agendamento e a sinalização do assunto como prioritário e importante ao longo dos vários períodos analisados. A irrelevância conferida aos assuntos territoriais e às contingências institucionais no relacionamento com o Estado e as regiões britânicas das suas primeiras páginas por parte do *Daily Mail* revela desinteresse em que

este assunto figure na agenda e no debate políticos, apesar de ser importante, é apenas à escala regional.

Também, durante o período referente à campanha do referendo de 2016 os assuntos relacionados com a imigração apresentaram uma discrepância significativa no que concerne à sua presença nas primeiras páginas dos dois jornais: o jornal *The Herald* não registou qualquer referência à questão da imigração; pelo contrário, este tema foi predominante nas primeiras páginas do jornal *Daily Mail* durante o período referente à campanha do ‘Brexit’ (2016). Tal deve-se, fundamentalmente, ao facto de o controlo de fronteiras e o estabelecimento de restrições à livre circulação serem os principais argumentos pró-*Leave*, posicionamento declarado pelo *Daily Mail* aquando do período de campanha.

A saída da União Europeia desobriga o Reino Unido ao cumprimento da legislação europeia e a recuperação das competências atualmente exercidas ao nível da União Europeia suscitam inúmeras dúvidas relativamente ao futuro das relações entre a União Europeia e o Reino Unido, a União Europeia e a Escócia (potencialmente), ao próprio relacionamento e cooperação institucional e ao equilíbrio de poder entre os níveis territoriais de governação do Reino Unido e da Escócia.

A Escócia é considerada a região mais pró-Europeia do Reino Unido e reconhece que a pertença à UE trouxe grandes vantagens para o seu território, nomeadamente no que concerne aos direitos dos trabalhadores, às condições de trabalho e ao acesso ao mercado livre de bens e serviços (Minto *et. al.*, 2016: 2). É nesse sentido que o ‘Brexit’ desencadeia uma maior saliência para com as questões territoriais. Embora tenha expressado através do voto no referendo de 2016 a intenção de permanecer na União Europeia, a Escócia será forçada a abandonar a UE, contra a vontade dos eleitores escoceses.

Nicola Sturgeon sustenta que, no que concerne às relações com a União Europeia, um dos principais objetivos é manter a Escócia no mercado único (Greer, 2018: 134), o que exigirá uma revisão aprofundada dos poderes do Parlamento Escocês e a atribuição de competências descentralizadas à Escócia, que permitam estabelecer acordos internacionais (Greer, 2018: 138). Já o Partido Nacional Escocês (SNP) sugere que a Escócia permaneça na União Europeia exatamente nos mesmos termos que o Reino Unido, incluindo os *opt-outs* à moeda única e ao Espaço Schengen (Keating, 2018: 58). No entanto, para que qualquer um destes objetivos possa concretizar-se, é necessário, em primeiro lugar, que a

Escócia recupere as competências descentralizadas e se torne independente em relação ao Reino Unido; porém, não é linear nem adquirido que assim aconteça.

Uma sondagem realizada no passado mês de abril (2019)¹⁹, e apesar dos intentos de Sturgeon em realizar um novo referendo em 2021, indicou que 34% dos inquiridos são contra um novo referendo, e que apenas 21% são favoráveis a uma nova consulta. Contudo, em caso de realização de um novo referendo, o estudo refere que 61% dos escoceses votariam contra a independência da Escócia do Reino Unido e 39% votariam a favor (Suration, 2019).

Apesar da mobilização política, em particular do partido no governo regional (SNP), em torno das questões territoriais e dos resultados do referendo do ‘Brexit’, os escoceses não têm apoiado uma solução secessionista/independentista na Escócia, o que pode dificultar a conquista de apoio desta causa num referendo (Keating, 2018: 59). Sinaliza, talvez, que este intuito deverá ser abandonado por agora, e realça a importância de revitalizar a cooperação com Londres, promovendo uma reforma das estruturas e competências devolutivas.

Consideramos relevante para pistas futura de investigação aprofundar este tópico em comparação com as outras regiões britânicas - o País de Gales e a Irlanda do Norte -, que dispõem de poderes devolutivos de ‘segunda ordem’ quando comparados com a Escócia.

¹⁹ A sondagem, realizada pela empresa *Suration* para a organização que se opõe à separação “Scotland in Union” (Escócia na União) foi realizada entre 18 e 23 de abril. (<https://www.suration.com/archive/2019-2/>).

Bibliografia

- Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo* (Tradução de Luís Antero Neto e Augusto Pinheiro). Lisboa: Edições 70.
- Barnett, S. (2016). How our mainstream media failed democracy. *EU Referendum Analysis 2016: Media, Voters and the Campaign*, 47.
- Begg, I. (2016). Brexit: why, what next and how?. In *CESifo Forum* (Vol. 17, No. 1, pp. 30-36). Ifo Institute for Economic Research eV.
- Berry, M. (2016). Understanding the role of the mass media in the EU referendum. *EU Referendum Analysis 2016: Media, Voters and the Campaign*, 14.
- Blank, K, Hooghe, L. & Marks, G. (1996). European Integration from the 1980s: StateCentric Versus Multi-level Governance. *JCMS: Journal of Common Market Studies*, 34(3), 341-78.
- Blumler, J. (2016). EEC/EU campaigning in long-term perspective. *EU Referendum Analysis 2016: Media, Voters and the Campaign*, 11.
- Bongardt, A. & Torres, F. (2016). Brexit: uma perspetiva europeia. *Brotéria*, 182(5), 451-470.
- Boydston, A. E. (2008). How policy issues become front-page news. The Pennsylvania State University.
- Botta, K. (2018). *Remain or Leave?: How British newspapers frame the EU referendum 2016: a framing analysis of the Brexit debate* (Bachelor's thesis, University of Twente).
- Bromley, C., & Curtice, J. (2003). The lost voters of Scotland: Devolution disillusioned or Westminster weary?. *British Elections & Parties Review*, 13(1), 66-85.
- Butler, D., & Kitzinger, U. (2016). *The 1975 referendum*. Springer.
- Cafruny, A. W., & Lankowski, C. F. (1997). *Europe's ambiguous unity: conflict and consensus in the post-Maastricht era*. Boulder, Colorado: Lynne Rienner.
- Cairney, Paul (2011). *The Scottish Political System since Devolution: From New Politics to the new Scottish Government*. Exeter: Imprint Academia.
- Camisão, I. & Lobo-Fernandes, L. (2005). *Construir a Europa – O processo de integração entre a teoria e a história*. Principia.
- Campbell, V., (2016). Referendum campaign broadcasts on television: a generational clash?. *EU Referendum Analysis 2016: Media, Voters and the Campaign*, 68.

- Closa, C. (2007). *Why convene referendums? Explaining choices in EU constitutional politics*. *Journal of European Public Policy*, 14(8), 1311–1332.
- Coelho, C. (2016). Schengen: o garante da integração e diversidade europeia. *União Europeia. Reforma ou Declínio*, 319-332.
- Coleman, R., McCombs, M., Shaw, D., & Weaver, D. (2009). Agenda setting. In *The handbook of journalism studies* (pp. 167-180). Routledge.
- Connolly, C. K. (2013). Independence in Europe: Secession, Sovereignty and the European Union. *Duke Journal of Comparative and International Law*, 24(51), 51-105.
- Crines, A. S. (2016). The rhetoric of the EU Referendum campaign. *EU Referendum Analysis 2016: Media, Voters and the Campaign*, 61.
- Curtice, John (2014). “Panel base for the SNP: more on more devolution and on Labour’s prospects” in <http://blog.whatscotlandthinks.org/2014/10/panelbase-snpdevolution-labours-prospects/>.
- Czapiewski, T. (2016). Scotland and the Crossroads: From Brexit to Neverendum. *Reality of Politics. Estimates-Comments-Forecasts*, (7), 11-25.
- Davis, R. (1997). The 'Problem of de Gaulle': British Reactions to General de Gaulle's Veto of the UK Application to Join the Common Market. *Journal of Contemporary History*, 32(4), 453-464.
- Dedman, M. (2006). *The origins and development of the European Union 1945-1995: a history of European integration*. Routledge.
- Dinan, D. (2005). *Ever Closer Union: an introduction to European integration*. Boulder: Rienner. 1-8.
- Dinan, D., Nugent, N., & Paterson, W. E. (2017). *The European Union in Crisis*. Macmillan International Higher Education.
- Emerson, M. (2011). Britain, Ireland and Schengen: Time for a smarter bargain on visas. *CEPS: Centre for European Policy Studies* (249). 1-5.
- FitzGibbon, J. (2016). How the Brexit outcome has changed our understanding of referendums. *EU Referendum Analysis 2016: Media, Voters and the Campaign*, 16.
- Follesdal, A. & Hix, S. (2006). Why there is a democratic deficit in the EU: a response to Majone and Moravcsic. *JCMS: Journal of Common Market Studies*, 44(3), 533-562.
- Glencross, A. (2016). *Why the UK voted for Brexit: David Cameron's great miscalculation*. Springer.

- Gordon, R. & Moffatt, R. (2016). *Brexit: The Immediate Legal Consequences*. The Constitution Society.
- Gray, J. (2000). The Common Agricultural Policy and the re-invention of the rural in the European Community. *Sociologia ruralis*, 40(1), 30-52.
- Greene, Z., Spoon, J. J., & Williams, C. J. (2017). Reading between the lines: party cues and SNP support for Scottish independence and Brexit. *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, 1-23.
- Greer, A. (2018). Brexit and devolution. *The Political Quarterly*, 89(1), 134-138.
- Hall, P. A. (2012). The economics and politics of the euro crisis. *German Politics*, 21(4), 355-371.
- Hix, S. (2005). *The Political System of the European Union*. Palgrave Macmillan.
- Hooghe, L. (1995). Subnational mobilisation in the European Union. *West European Politics*, 18(3), 175-198.
- Hooghe, L., Marks, G., & Marks, G. W. (2001). *Multi-level governance and European integration*. Rowman & Littlefield.
- Hooghe, L., & Marks, G. (2001). Types of multi-level governance. *European integration online papers (EIoP)*, 5(11).
- Hughes, k. (2016). Neither tackling lies nor making the case: the Remain side. *EU Referendum Analysis 2016: Media, Voters and the Campaign*, 65.
- Jordan, A. (2001). The European Union: an evolving system of multi-level governance... or government?. *Policy & Politics*, 29(2), 193-208.
- Keating, Michael (2009). *The Independence of Scotland: self-government and the shifting Politics of Union*. Oxford: Oxford University Press.
- Keating, M., Stevenson, L., Cairney, P., & Taylor, K. (2003). Does devolution make a difference? Legislative output and policy divergence in Scotland. *The journal of legislative studies*, 9(3), 110-139.
- Keating, M. (2005). Policy convergence and divergence in Scotland under devolution. *Regional studies*, 39(4), 453-463.
- Keating, M. (2017). Brexit and Devolution in the United Kingdom. *Politics and Governance*, 5(2), 1-3.
- Keating, M. (2018). Brexit and the territorial constitution of the United Kingdom. *Droit et société*, (1), 53-69.

- Keating, M. (2018). Scotland in Europe: Future Prospects. *The Future of Europe: Disruption, Continuity and Change*, 58-62.
- Kohler-Koch, B., & Eising, R. (1999). *The transformation of governance in the European Union* (Vol. 12). Psychology Press.
- Levy, D., Aslan, B. & Bironzo, D. (2016). The press and the Referendum campaign. *EU Referendum Analysis 2016: Media, Voters and the Campaign*, 33.
- Lundblad, E. (2017). Framing the vote for Brexit-The Leave campaign and the EU-referendum (Bachelor's thesis, Lund University).
- McCombs, M. (2018). *Setting the agenda: Mass media and public opinion*. John Wiley & Sons.
- McCombs, M. E., & Shaw, D. L. (1972). The agenda-setting function of mass media. *Public opinion quarterly*, 36(2), 176-187.
- McGarvey, N. (2007). Devolution in Scotland – change and continuity. In Bradbury, J. (Ed.). (2007). *Devolution, regionalism and regional development: the UK experience*. Routledge, 25-44.
- McGowan, L. (2018). *Preparing for Brexit*. Palgrave Studies in European Union Politics.
- McHarg, A., & Mitchell, J. (2017). Brexit and Scotland. *The British Journal of Politics and International Relations*, 19(3), 512-526.
- Mendelsohn, M., & Parkin, A. (2001). *Referendum democracy: Citizens, elites and deliberation in referendum campaigns*. Springer.
- Meyer, C. (2016). Why facts did matter in the campaign. *EU Referendum Analysis 2016: Media, Voters and the Campaign*, 61.
- Minto, R., Hunt, J., Keating, M., & McGowan, L. (2016). A changing UK in a changing Europe: The UK state between European Union and devolution. *The Political Quarterly*, 87(2), 179-186.
- Moravcsik, A. (1991). Negotiating the Single European Act: national interests and conventional statecraft in the European Community. *International Organization*, 45(1), 19-56.
- Murkens, J. E. K. (2016). British sovereignty post-Brexit: why the Great 'Repeal' Act will actually weaken Parliament. *LSE European Politics and Policy (EUROPP) Blog*.
- Oliver, T. (2018). *Understanding Brexit: A concise introduction*. Policy Press

- Piattoni, S. (2009). Multi-level governance: a historical and conceptual analysis. *European integration*, 31(2), 163-180.
- Proença Garcia, F. (2014). Secessão. In: Canas Mendes, N. & Pereira Coutinho, F., *Enciclopédia das Relações Internacionais*. Lisboa: Dom Quixote. 465-466.
- Raitio, J., & Raulus, H. (2017). The UK EU referendum and the move towards Brexit. *Maastricht Journal of European and Comparative Law*, 24(1), 25-42.
- Rosamond, B. (2005). The Uniting of Europe and the foundation of EU studies: revisiting the neofunctionalism of Ernst B. Haas. *Journal of European Public Policy*, 12(2), 237-254.
- Rosamond, B. (2016). Brexit and the problem of European disintegration. *Journal of Contemporary European Research*, 12(4), 864-871.
- Ruel, Teresa (2014) “Governança Multinível” In Mendes, Nuno Canas and Coutinho, Francisco (coord.) *Enciclopédia de Relações Internacionais*, Leya – D. Quixote, Lisbon.
- Schmitter, P. (2010). A experiência da integração europeia e seu potencial para a integração regional. *Lua Nova*, (80), 9-44.
- Smith, G. (1976). The functional properties of the referendum. *European Journal of Political Research*, 4(1), 1-23.
- Tierney, S. (2013). Legal Issues Surrounding the Referendum on Independence for Scotland. *European Constitutional Law Review*, 9(3), 359-390.
- Usherwood, S., & Startin, N. (2013). Euroscepticism as a persistent phenomenon. *JCMS: Journal of Common Market Studies*, 51(1), 1-16.
- van der Wel, M., & Wessel, R. A. (2017). The Brexit Roadmap: Mapping the Choices and Consequences During the EU/UK Withdrawal and Future Relationship Negotiations. *CLEER Paper Series*, 5.
- Vasilopoulou, S., & Keith, D. (2019). Renegotiation Versus Brexit: The Question of the UK's Constitutional Relationship with the EU. *JCMS: Journal of Common Market Studies*, 57(3), 486-501.
- Yuratic, D. (2016). The referendum campaign and the public's constitutional understanding. *EU Referendum Analysis 2016: Media, Voters and the Campaign*, 29.
- Zis, G. (2016). The European Monetary System: an Unexpected Success?. In: Cobham, D. & Zis, G., *From EMS to EMU: 1979 to 1999 and Beyond*. Springer. 43-65.

Bibliografia Eletrônica

BBC News (2016). *EU Referendum results*. Disponível em: http://www.bbc.com/news/politics/eu_referendum/results. (Consultado em 02-06-2017).

BBC News (2019, março 22). *Brexit: EU leaders agree Article 50 delay plan*. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-politics-47660019> (Consultado em 03/04/2019)

BBC News (2019, abril 11). *Brexit: UK and EU agree delay to 31 October*. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-politics-47889404> (Consultado em 26/04/2019)

BBC News (2019, maio 24). *Theresa May resigns over Brexit: What happened?*. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-politics-48379730> (Consultado em 31/05/2019)

BBC News (2019, julho 24). *Boris Johnson: May bidding farewell before new PM takes office*. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-politics-49092327> (Consultado em 28/07/2019)

Anexos

Anexo A: Jornais Analisados

Daily Mail, 25 de maio de 2016

Daily Mail, 26 de maio de 2016

Daily Mail, 27 de maio de 2016

Daily Mail, 28 de maio de 2016

Daily Mail, 29 de maio de 2016

Daily Mail, 30 de maio de 2016

Daily Mail, 31 de maio de 2016

Daily Mail, 1 de junho de 2016

Daily Mail, 2 de junho de 2016

Daily Mail, 3 de junho de 2016

Daily Mail, 4 de junho de 2016

Daily Mail, 5 de junho de 2016

Daily Mail, 6 de junho de 2016

Daily Mail, 7 de junho de 2016

Daily Mail, 8 de junho de 2016

Daily Mail, 9 de junho de 2016

Daily Mail, 10 de junho de 2016

Daily Mail, 11 de junho de 2016

Daily Mail, 12 de junho de 2016

Daily Mail, 13 de junho de 2016

Daily Mail, 14 de junho de 2016

Daily Mail, 15 de junho de 2016

Daily Mail, 16 de junho de 2016

Daily Mail, 17 de junho de 2016

Daily Mail, 18 de junho de 2016

Daily Mail, 19 de junho de 2016

Daily Mail, 20 de junho de 2016

Daily Mail, 21 de junho de 2016

Daily Mail, 22 de junho de 2016

Daily Mail, 23 de junho de 2016

Daily Mail, 24 de junho de 2016

Daily Mail, 25 de junho de 2016

Daily Mail, 26 de junho de 2016

Daily Mail, 27 de junho de 2016

Daily Mail, 28 de junho de 2016

Daily Mail, 29 de junho de 2016

Daily Mail, 30 de junho de 2016

Daily Mail, 1 de julho de 2016

Daily Mail, 2 de julho de 2016

Daily Mail, 3 de julho de 2016

Daily Mail, 4 de julho de 2016

Daily Mail, 5 de julho de 2016

Daily Mail, 6 de julho de 2016

Daily Mail, 7 de julho de 2016

Daily Mail, 8 de julho de 2016

Daily Mail, 9 de julho de 2016

Daily Mail, 10 de julho de 2016

Daily Mail, 11 de julho de 2016

Daily Mail, 12 de julho de 2016

Daily Mail, 13 de julho de 2016

Daily Mail, 14 de julho de 2016

Daily Mail, 15 de julho de 2016

Daily Mail, 16 de julho de 2016

Daily Mail, 17 de julho de 2016

Daily Mail, 18 de julho de 2016

Daily Mail, 19 de julho de 2016

Daily Mail, 20 de julho de 2016

Daily Mail, 21 de julho de 2016

Daily Mail, 22 de julho de 2016

Daily Mail, 23 de julho de 2016

Daily Mail, 28 de fevereiro de 2019

Daily Mail, 1 de março de 2019

Daily Mail, 2 de março de 2019

Daily Mail, 3 de março de 2019

Daily Mail, 4 de março de 2019

Daily Mail, 5 de março de 2019

Daily Mail, 6 de março de 2019

Daily Mail, 7 de março de 2019

Daily Mail, 8 de março de 2019

Daily Mail, 9 de março de 2019

Daily Mail, 10 de março de 2019

Daily Mail, 11 de março de 2019

Daily Mail, 12 de março de 2019

Daily Mail, 13 de março de 2019

Daily Mail, 14 de março de 2019

Daily Mail, 15 de março de 2019

Daily Mail, 16 de março de 2019

Daily Mail, 17 de março de 2019

Daily Mail, 18 de março de 2019

Daily Mail, 19 de março de 2019

Daily Mail, 20 de março de 2019

Daily Mail, 21 de março de 2019

Daily Mail, 22 de março de 2019

Daily Mail, 23 de março de 2019

Daily Mail, 24 de março de 2019

Daily Mail, 25 de março de 2019

Daily Mail, 26 de março de 2019

Daily Mail, 27 de março de 2019

Daily Mail, 28 de março de 2019

Daily Mail, 29 de março de 2019

Daily Mail, 30 de março de 2019

Daily Mail, 31 de março de 2019

Daily Mail, 1 de abril de 2019

Daily Mail, 2 de abril de 2019

Daily Mail, 3 de abril de 2019

Daily Mail, 4 de abril de 2019

Daily Mail, 5 de abril de 2019

Daily Mail, 6 de abril de 2019

Daily Mail, 7 de abril de 2019

Daily Mail, 8 de abril de 2019

Daily Mail, 9 de abril de 2019

Daily Mail, 10 de abril de 2019

Daily Mail, 11 de abril de 2019

Daily Mail, 12 de abril de 2019

Daily Mail, 13 de abril de 2019

Daily Mail, 14 de abril de 2019

Daily Mail, 15 de abril de 2019

Daily Mail, 16 de abril de 2019

Daily Mail, 17 de abril de 2019

Daily Mail, 18 de abril de 2019

Daily Mail, 19 de abril de 2019

Daily Mail, 20 de abril de 2019

Daily Mail, 21 de abril de 2019

Daily Mail, 22 de abril de 2019

Daily Mail, 23 de abril de 2019

Daily Mail, 24 de abril de 2019

Daily Mail, 25 de abril de 2019

Daily Mail, 26 de abril de 2019

Daily Mail, 27 de abril de 2019

Daily Mail, 28 de abril de 2019

The Herald, 25 de maio de 2016

The Herald, 26 de maio de 2016

The Herald, 27 de maio de 2016

The Herald, 28 de maio de 2016

The Herald, 29 de maio de 2016

The Herald, 30 de maio de 2016

The Herald, 31 de maio de 2016

The Herald, 1 de junho de 2016

The Herald, 2 de junho de 2016

The Herald, 3 de junho de 2016

The Herald, 4 de junho de 2016

The Herald, 5 de junho de 2016

The Herald, 6 de junho de 2016

The Herald, 7 de junho de 2016

The Herald, 8 de junho de 2016

The Herald, 9 de junho de 2016

The Herald, 10 de junho de 2016

The Herald, 11 de junho de 2016

The Herald, 12 de junho de 2016

The Herald, 13 de junho de 2016

The Herald, 14 de junho de 2016

The Herald, 15 de junho de 2016

The Herald, 16 de junho de 2016

The Herald, 17 de junho de 2016

The Herald, 18 de junho de 2016

The Herald, 19 de junho de 2016

The Herald, 20 de junho de 2016

The Herald, 21 de junho de 2016

The Herald, 22 de junho de 2016

The Herald, 23 de junho de 2016

The Herald, 24 de junho de 2016

The Herald, 25 de junho de 2016

The Herald, 26 de junho de 2016

The Herald, 27 de junho de 2016

The Herald, 28 de junho de 2016

The Herald, 29 de junho de 2016

The Herald, 30 de junho de 2016

The Herald, 1 de julho de 2016

The Herald, 2 de julho de 2016

The Herald, 3 de julho de 2016

The Herald, 4 de julho de 2016

The Herald, 5 de julho de 2016

The Herald, 6 de julho de 2016

The Herald, 7 de julho de 2016

The Herald, 8 de julho de 2016

The Herald, 9 de julho de 2016

The Herald, 10 de julho de 2016

The Herald, 11 de julho de 2016

The Herald, 12 de julho de 2016

The Herald, 13 de julho de 2016

The Herald, 14 de julho de 2016

The Herald, 15 de julho de 2016

The Herald, 16 de julho de 2016

The Herald, 17 de julho de 2016

The Herald, 18 de julho de 2016

The Herald, 19 de julho de 2016

The Herald, 20 de julho de 2016

The Herald, 21 de julho de 2016

The Herald, 22 de julho de 2016

The Herald, 23 de julho de 2016

The Herald, 28 de fevereiro de 2019

The Herald, 1 de março de 2019

The Herald, 2 de março de 2019

The Herald, 3 de março de 2019

The Herald, 4 de março de 2019

The Herald, 5 de março de 2019

The Herald, 6 de março de 2019

The Herald, 7 de março de 2019

The Herald, 8 de março de 2019

The Herald, 9 de março de 2019

The Herald, 10 de março de 2019

The Herald, 11 de março de 2019

The Herald, 12 de março de 2019

The Herald, 13 de março de 2019

The Herald, 14 de março de 2019

The Herald, 15 de março de 2019

The Herald, 16 de março de 2019

The Herald, 17 de março de 2019

The Herald, 18 de março de 2019

The Herald, 19 de março de 2019

The Herald, 20 de março de 2019

The Herald, 21 de março de 2019

The Herald, 22 de março de 2019

The Herald, 23 de março de 2019

The Herald, 24 de março de 2019

The Herald, 25 de março de 2019

The Herald, 26 de março de 2019

The Herald, 27 de março de 2019

The Herald, 28 de março de 2019

The Herald, 29 de março de 2019

The Herald, 30 de março de 2019

The Herald, 31 de março de 2019

The Herald, 1 de abril de 2019

The Herald, 2 de abril de 2019

The Herald, 3 de abril de 2019

The Herald, 4 de abril de 2019

The Herald, 5 de abril de 2019

The Herald, 6 de abril de 2019

The Herald, 7 de abril de 2019

The Herald, 8 de abril de 2019

The Herald, 9 de abril de 2019

The Herald, 10 de abril de 2019

The Herald, 11 de abril de 2019

The Herald, 12 de abril de 2019

The Herald, 13 de abril de 2019

The Herald, 14 de abril de 2019

The Herald, 15 de abril de 2019

The Herald, 16 de abril de 2019

The Herald, 17 de abril de 2019

The Herald, 18 de abril de 2019

The Herald, 19 de abril de 2019

The Herald, 20 de abril de 2019

The Herald, 21 de abril de 2019

The Herald, 22 de abril de 2019

The Herald, 23 de abril de 2019

The Herald, 24 de abril de 2019

The Herald, 25 de abril de 2019

The Herald, 26 de abril de 2019

The Herald, 27 de abril de 2019

The Herald, 28 de abril de 2019

Anexo B: Codebook

Este *Codebook* foi elaborado com base na codificação estabelecida pelo *Comparative Agendas Project* (CAP) e adaptado ao contexto desta investigação. Assim, considerámos os tópicos associados a cada um dos *issues*, de acordo com os procedimentos estabelecidos pelo CAP. No tópico 2., optámos pela designação “Assuntos do Brexit” por forma a harmonizar com o *issue* da negociação do acordo de saída do Reino Unido da União Europeia.

Assuntos (<i>issues</i>)	Descrição
Assuntos do "Brexit"	Atores Políticos; Campanha e Referendo; Posições dos Partidos; Processo de Negociação em Westminster
Cidadania e Direitos	Cidadania Europeia; Direitos dos Cidadãos
Comércio Internacional	Participação no Mercado Único
Imigração	Imigração e Controlo de Fronteiras
Macroeconomia Doméstica	Economia; Impacto Económico do "Brexit"
Território	Escócia e a Questão Devolutiva; Irlanda do Norte
União Europeia e Instituições	Assuntos Internacionais; Instituições Europeias; Negociações com Bruxelas